



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**ARIANE FERNANDA GISI**

**O LIMIAR DE UM MOVIMENTO: OS ATINGIDOS POR BARRAGENS ATRAVÉS  
DO JORNAL A VOZ DA SERRA DE ERECHIM (1979-1985)**

**ERECHIM**  
**2014**

**ARIANE FERNANDA GISI**

**O LIMIAR DE UM MOVIMENTO: OS ATINGIDOS POR BARRAGENS ATRAVÉS  
DO JORNAL A VOZ DA SERRA DE ERECHIM (1979-1985)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

**ERECHIM  
2014**

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Fernanda, GISI Ariane

O Limiar de um movimento: Os Atingidos por Barragens através do jornal A Voz da Serra de Erechim 1979-1985/ GISI Ariane Fernanda. -- 2014.  
70 f.

Orientador: Gerson Wasen Praga.

Co-orientador: Emerson Neves da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História- Licenciatura , Erechim, RS , 2014.

1. História Regional. 2. Movimento dos Atingidos por Barragens. 3. Jornal "A Voz da Serra". 4. Movimentos Sociais. 5. Imprensa. I. Praga, Gerson Wasen, orient. II. Silva, Emerson Neves da, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ARIANE FERNANDA GISI**

**O LIMIAR DE UM MOVIMENTO: OS ATINGIDOS POR BARRAGENS ATRAVÉS  
DO JORNAL A VOZ DA SERRA DE ERECHIM (1979-1985)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Me Débora Clasen de Paula- UFFS

---

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga- UFFS

---

Especialista em Gestão da Comunicação Marcionize Bavaresco- UFFS

## RESUMO

Este trabalho tem por finalidade tecer algumas considerações referentes à abordagem apresentada pelo jornal A Voz da Serra de Erechim, Rio Grande do Sul, quando do início do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Desta forma, as fontes utilizadas no trabalho são os textos apresentados pelo periódico. O trabalho contempla uma breve historiografia dos movimentos sociais, chegando até o momento de fundação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), instituição que dá origem ao MAB. Diante disso procura-se também mapear a questão ideológica que coexiste na mídia, demonstrando que mais do que informar, ela é uma empresa que segue certos valores específicos. Neste sentido, demonstra-se as possibilidades da imprensa como fonte histórica. Do mesmo modo, tratar-se-á da importância de se entender alguns conceitos caros aos atingidos, como o progresso e o território. Posteriormente, as fontes foram analisadas para averiguar se a problemática era viável. Como consequência observou-se que o jornal A Voz da Serra possui em seu discurso uma ideologia de classe permeada por valores que se estendem a outros segmentos da sociedade. Possui, primeiramente um mecanismo de ocultação sobre o início do movimento. No entanto, quando o assunto torna-se eminente, o jornal instantaneamente assume um posicionamento a favor do progresso, deslegitimando as organizações que lutam contra as barragens. Assim, o jornal perpassa seus valores para os leitores, disseminando uma imagem negativa acerca dos movimentos sociais. Associado a esses fatores, percebe-se a preocupação do jornal em divulgar em suas reportagens os valores do progresso e da produção baseados em uma modernização capitalista.

Palavras-chave: Movimento dos Atingidos por Barragens. Jornal “A Voz da Serra”. Movimentos Sociais. Imprensa. Ideologia.

## **ABSTRACT**

This paper aims to weave some considerations about the approach presented by “A Voz da Serra” newspaper from Erechim, Rio Grande do Sul, in the begging of the Movement of People Affected by Dams (MAB). Thus, the sources used in the paper are texts presented by this periodical. The paper contemplates a brief historiography about social movements, coming up the time of the Regional Commission of Affected by Dams (CRAB) foundation, institution that gives rise to the MAB. In addition, also seeks to map the ideological issue that coexists in the media, showing that more than inform it is a company that follows certain specific values. In this sense, it demonstrates possibilities of the press as historical source. Likewise it will treat the importance to understand some important concepts to the affected as progress and territory. Then, the sources were analyzed to ascertain if the problematic was viable. As result, was observed in the newspaper mentioned above, it has in its discourse a class ideology permeated by values that extend to other segments of society. Firstly, it has a concealment mechanism about the beginning of the movement. However, when the subject becomes eminent, the newspaper assumes instantly a position in behalf of the progress, delegitimizing the organizations that strive against the dams. Thus, the newspaper pervades its values to the readers, disseminating a negative view about the social movements. In association with these facts, it's possible to realize the concern through disclosing the news reports, the values of the progress and production based on a capitalist modernization.

Key-words: Movement of People Affected by Dams. “A Voz da Serra” Newspaper. Social Movements. Press. Ideology.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2 IMPRENSA, IDEOLOGIA E HISTÓRIA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 A FORMAÇÃO DO MAB .....</b>	<b>27</b>
<b>4 O PREÇO DO PROGRESSO .....</b>	<b>32</b>
<b>5 QUEM TEM “VOZ” NA “SERRA”? - ANÁLISE DOS PERIÓDICOS.....</b>	<b>39</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre energia têm sido um tema relevante e permanente em noticiários nestes últimos anos. Dezenas de hidrelétricas foram construídas no Brasil nas últimas décadas para atender a uma demanda que só tende a crescer cada vez mais. Sabe-se que a construção de hidrelétricas está intimamente ligada a uma estratégia de desenvolvimento dentro de uma conjuntura política e econômica que englobava o contexto da época pesquisada (décadas de 70 e 80).

Uma reflexão sobre este atual modelo energético e também sobre suas consequências é necessária, uma vez que além dos atingidos enfrentarem inicialmente as dificuldades de negociação com as empresas construtoras das barragens ou que exploram a energia, também enfrentaram problemas de outra ordem como os enfrentamentos mais diretos, dentro de um processo que articulava as lutas pelos seus direitos de indenizações justas e reassentamentos.

Associado a isso encontra-se as grandes mídias (TV, rádio e jornal) que neste momento procuravam deslegitimar as organizações e os movimentos, pois apoiavam a vinda das barragens, argumentando que a mesma desenvolveria a região e que junto com ela viriam os empregos e a carência de energia seria suprida. Contudo, esse discurso contém contradições, pois sabe-se através de relatos dos próprios atingidos e também de pesquisas que esta energia não era desenvolvida para a região. Os impactos que essas construções deixaram foram catastróficos na vida dos pequenos agricultores que possuíam um vínculo com seu lugar e com sua terra.

A produção de energia elétrica envolve diversos fatores, estão em jogo diferentes concepções e interesses de empresas, governos e populações. São notórios os impactos sociais, ambientais e também simbólicos que são gerados pela construção de uma hidrelétrica. Diante dessas questões os movimentos populares vêm lutando para constituir uma nova ordem social. Esses novos movimentos sociais têm por característica principalmente a autonomia, eles não visam uma radicalidade, mas a luta pela permanência de algo que já lhes é intrínseco.

Historicamente eles assumem esta postura de resistência reunindo um público marginalizado e que não quer de modo algum ser entendido como uma vítima neste processo, (como inferem os discursos das empresas hidrelétricas), eles são um coletivo e lutam para garantir seus direitos básicos, neste sentido, o movimento executa uma função social e também política defendendo sujeitos excluídos e invisíveis na atual sociedade.



O presente estudo tem como pressuposto mapear a abordagem que o Jornal A Voz da Serra de Erechim tem a respeito do Movimento dos Atingidos por Barragens da região do Alto Uruguai. O objetivo principal é analisar, investigar quais as abordagens do Jornal A Voz da Serra de Erechim a respeito do início do Movimento dos Atingidos por Barragens contém a construção de um discurso negativo com relação ao mesmo.

Objetiva-se também, além de investigar as fontes que correspondem ao período de 1979 à 1985, verificar se essas abordagens são realmente negativas. A principal hipótese é de que a maneira como a CRAB é apresentada nas páginas do jornal acaba refletindo uma imagem negativa acerca do movimento social que é vendida e disseminada para a sociedade, acarretando desta forma uma intensificação de um preconceito acerca dos movimentos sociais na região.

Acredita-se que coexista uma visão de classe empregada através dos textos que o jornal veicula e que as abordagens acerca do início do Movimento dos Atingidos por Barragens demonstram a ideologia de uma classe. Para a realização desta pesquisa optou-se por uma metodologia que possibilitasse ações viáveis. O embasamento deste estudo consiste nas fontes pesquisadas e nas entrevistas do Laboratório de História Oral como contraponto ao jornal. Como aporte teórico são utilizados Benincá (2010), Picoli (2012) Chauí (1980) Sodré (1999), Thompson (2011) Touraine (1973), Gramsci (1977), Gohn (2003), Seminotti (2008), Saquet (2013) entre outros, bem como muitos textos, artigos, dissertações e teses que se correlacionam com o tema.

Associado a estes fatores pode-se inferir que de uma maneira geral os movimentos sociais são observados por uma grande parte da mídia com uma visão bastante negativa, muitas vezes ficando à margem da sociedade devido a interesses econômicos, políticos e relações de poder. Desta maneira a pesquisa se justifica pelo fato de tentar desmistificar esta visão (efetuando uma análise sobre a indiferença (mecanismo de ocultação) preconizada pelas páginas do jornal) acerca do início do Movimento dos Atingidos por Barragens na região do Alto Uruguai.

Um dos principais estímulos de se trabalhar com a história social é que os atores sociais passam a atuar como sujeitos históricos. Neste sentido Hebe Castro (2011) nos diz:

O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse social no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência. (CASTRO, 2011: p. 47).

Diferentemente da corrente positivista que cria heróis para celebrar narrativas narcísicas, a história social acaba fazendo emergir novos agentes históricos que anteriormente encontravam-se excluídos. Aliado a isso, percebe-se também que são os grandes momentos de protesto ou até mesmo de violência que forjam a visibilidade dessas massas e que através de fontes que podem registrar tanto a repressão quanto a violência permitindo assim que o historiador analise e examine as infinitas relações de classe e o cotidiano desses agentes.

Com relação aos parâmetros expostos acima, este trabalho apresenta quatro capítulos que compreendem a temática e relacionam-se entre si. O primeiro capítulo engloba algumas possíveis relações entre imprensa e história e a importância da imprensa como fonte, dados correspondentes ao jornal analisado e também a análise de alguns conceitos. O segundo capítulo apresenta algumas considerações sobre os movimentos sociais, perpassando insurreições e resistências até chegar ao CRAB/MAB, valorizando o conceito de novos movimentos sociais.

No terceiro capítulo são explorados alguns conceitos caros aos atingidos como o progresso e o território, nesse sentido, junto com a barragem vem a exclusão desses novos sujeitos sociais que por hora são observados como um empecilho à modernização capitalista. No último capítulo demonstra-se através das análises do periódico como o início da organização deste movimento se dá nas páginas do jornal. Esse tema é central para se pensar mudanças estruturais a partir de uma visão popular. Acima de tudo, este material pretende-se ser uma ferramenta para a disputa de ideias na conjuntura social, colocando-se a serviço das populações atingidas por barragens e tendo como objetivo também o fortalecimento da luta e resistência popular.

## 2 IMPRENSA, IDEOLOGIA E HISTÓRIA

Neste capítulo pretende-se primeiramente demonstrar uma trajetória da imprensa no Brasil, tendo como aporte teórico o livro de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Posteriormente, mapear-se-á as relações da mesma com a política, ideologia e história. Sabe-se que a imprensa, como quase todos os conjuntos da cultura, é uma tipografia que tem características burguesas, que depende diretamente de seus anunciantes. Desta forma a influência que se exerce atualmente pelas mídias, dispensa o uso da força, mas se propaga pelo convencimento da propaganda e pela persuasão da imagem.

Essa imagem e discurso propagados pela imprensa fazem parte de uma ideologia que permeia o poder na mídia. Por ideologia Marilena Chauí entende que:

Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado.” (CHAUÍ, 1982: p. 23).

Através da linguagem a ideologia também é persuadida, pois ela é um dos campos mais férteis de observação dos fenômenos ideológicos. As palavras e os modos de construir as frases tem sua própria história<sup>1</sup>. Neste sentido os termos utilizados na linguagem põe a nu os valores das sociedades que os criaram e os mantém vivos. Segundo Leandro Konder: “*É na linguagem que estes valores expõem suas pretensões a universalidade e suas limitações particulares.*” (KONDER, 2002: p. 151). É na linguagem que se revelam os movimentos em busca do conhecimento, das aspirações, mas nestes movimentos também revelam-se os medos, os preconceitos e as ambiguidades.

Procura-se, portanto, neste trabalho, mapear como o jornal erechinense aborda em suas páginas o início do Movimento dos Atingidos por Barragens, pois com a construção das barragens o jornal também preocupou-se em construir um discurso midiático que veio a se fortalecer com a inevitabilidade do início das obras.<sup>2</sup> Contudo, para compreender esses

<sup>1</sup> Para maiores esclarecimentos consultar o livro de Michel Foucault. **As palavras e as coisas**. Foucault, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>2</sup> Discorro melhor sobre isso no Capítulo 5.

aspectos é preciso também compreender o conceito de mídia, suas influências e suas ideologias para consequentemente entender sua relação com o movimento social.

O jornal é um meio de comunicação não só impresso, onde são publicadas notícias da região e do país, e também do mundo. Ele têm como características a acessibilidade (por se tratar de ser mais barato que outros meios de comunicação) e uma linguagem jornalística, tornando-se assim um meio que abrange principalmente a população local, podendo ser considerado um grande meio de comunicação de massa. O jornal a Voz da Serra, que agora é denominado *Voz* faz parte das gerações da família Carraro. O dono na época da atual pesquisa<sup>3</sup> era Gilson Edy Carraro, posteriormente como diretor ficou Geder Carraro Júnior e seu atual dono é Ricardo Carraro. Possui uma tiragem de 12.300 exemplares, abrangendo diversos municípios da região.<sup>4</sup>

Nesse sentido o jornal A Voz da Serra pode ser considerado como integrante de uma grande imprensa burguesa. Ele é uma pequena empresa de uma família local, mas sua área de abrangência é e tiragens comporta quase toda a região<sup>5</sup> e sem dúvidas ele reproduz suas ideologias baseadas em seus valores que são elencados pelos seus mediadores e selecionados antes de ir para a matéria final. É nele que são publicadas as reportagens que são objeto desse estudo, ele é difundido onde está acontecendo o evento estudado. Dentro deste contexto ele assume uma posição política que o norteia e que acima de tudo condiz com um modelo de governo que neste momento estava se consolidando.

Nelson Werneck Sodré afirma que de alguma forma a imprensa sempre serviu ao capital, ficando refém das estruturas de determinadas épocas, por exemplo, na primeira metade do século XIX com as lavouras de café e a concretização do latifúndio através do sistema escravista, a elite da época tornava-se cada vez mais forte e assim necessitava de uma nova estrutura que aos poucos se consolidasse, para que assim eles se fortalecessem. Para essas pessoas era imprescindível que a imprensa ficasse em suas mãos, pois assim contribuiria e legitimaria a estrutura escravista e feudal. Era, como afirma Sodré, uma estrutura que: *“repousa no latifúndio e que não admite resistência”* (SODRÉ, 1999: p. 182).

A partir da segunda metade do século XIX, o Império apresenta-se com sua estrutura articulada e firme. Segundo o autor: *“No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até no*

---

<sup>3</sup> Na época que o jornal era denominado A Voz da Serra.

<sup>4</sup> Ver Anexos. Figura 01.

<sup>5</sup> Ver Anexos. Figura 02.

Fonte: [http://www.centralcomunicacao.com.br/Jornais/RS/Di%Elrios/voz\\_regional\\_erchim/voz\\_regional.htm](http://www.centralcomunicacao.com.br/Jornais/RS/Di%Elrios/voz_regional_erchim/voz_regional.htm)

*simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores.” (SODRÉ, 1999: p. 184).* Complementando a questão da imprensa a respeito do Brasil, o francês Max Leclerc afirma que:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. (...) Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível. (LECLERC, 1889).

Sabe-se que a imprensa moderna nasceu com o capitalismo e o acompanhou com o seu desenvolvimento. Contudo, na primeira metade do século XIX iniciava-se uma espécie de conciliação, onde as lutas partidárias perdiam seu entusiasmo ou apenas cessavam e assim a imprensa política ia desaparecendo sem motivos aparentes. No entanto, em 1869 terminou a conciliação e liberais e conservadores separaram-se. Nesse sentido surgiria uma ala radical que viria a apontar a República, em manifesto, como saída para a situação do país. Desta maneira Sodré aponta que: *“na corte, que dava o tom ao país e, portanto, à política e à imprensa, a conciliação escondia os graves problemas que se aprofundavam na estagnação da aparente tranquilidade reinante.” (SODRÉ, 1999: p. 189).*

Neste momento a imprensa começa a ganhar o interior, pois anterior a isso coexistiam as dificuldades de acesso, impedindo que os jornais da Corte e das capitais se difundissem ficando isolados. Associa-se também o fato de que à medida que a guerra do Paraguai ia se aproximando do fim, aumentava a inquietação no país, o que se refletia nos jornais da época. Outro fator propiciador para que as atividades culturais ganhassem mais ênfase consiste no fato do desenvolvimento do país, marcado pelo avanço da vida urbana, crescimento de funcionários vinculados à burocracia e a emergência de uma burguesia que se sentia inserida neste contexto cultural e que devia se firmar culturalmente.

Nesse contexto surgem jornais peculiares que se destacam por sua singularidade, como é o caso do *Reforma* e *A República*, ambos prestigiosos e que influenciaram significativamente nas transformações da imprensa na época, reunindo os melhores elementos de literatura e de imprensa. No entanto, a imprensa teria que dar conta de uma inquietação generalizada, discutir as reformas propostas e influir em seu andamento, pois segundo o autor: *“O país vivia uma fase de mudança; uma dessas fases em que o conteúdo se adianta à forma,*

*até que o conteúdo novo acabe por exigir a mudança na forma e o aprimoramento exterior se equilibre com a expressão nova que se impõe.*” (SODRÉ, 1999: p. 223). E complementa: *“Questões e reformas refletiam-se na imprensa, naturalmente e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos espelhava o quadro que o país apresentava.”* (SODRÉ, 1999: 223). Mesmo neste período os jornais ainda estavam bastante atrelados à literatura e o clima das reformas adquiria maior espaço demonstrando que as ideias republicanas geravam certo temor, pois cada vez ganhavam mais adeptos de todas as áreas.

Alguns jornais demonstraram um forte cunho político e combativo, trazendo discussões à respeito da escravidão, da monarquia, do latifúndio. Era preciso discutir, pôr em dúvida, analisar: *“[...] a discussão é a sentença de morte de todo status quo, de todos os falsos princípios dominantes, quando uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente.”* (SODRÉ, 1999: p. 233). A imprensa nesse momento apresentava-se abolicionista e republicana porque entendia o escravismo como um obstáculo ao desenvolvimento material e cultural do país. Neste sentido Eliezer Félix de Souza coloca que:

O período que se estende da Proclamação da República (1889-1930), os discursos da imprensa se centraram basicamente numa sociedade que busca incisivamente o progresso. A imprensa torna-se grande imprensa, otimizada por uma conjuntura favorável. Essa transformação, apoia-se basicamente no tão propagado incentivo à alfabetização, a insurgente indústria do papel e aparecimento do telefone e telégrafo, que se configuraram como agilizadores do processo de transmissão dos dados que eram elaborados pela redação. A alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, acrescente a formação do leitor, que encontrou naquele periodismo o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras. (SOUZA, p. 08).

A questão da mercantilização da imprensa se dá a partir deste período republicano, devido à necessidade de suprir uma demanda que apesar de inovadora sempre esteve a serviço da burguesia. Compreende-se portanto que embora os jornais apresentem diferentes propostas, percebe-se que a imprensa possui sintomas capitalistas. Historicamente é demarcada pela persuasão e pela estrutura política que lhe convém. Sendo assim pode-se dizer que o jornal “A Voz da Serra” também é dependente de seus anunciantes e serve a um modelo que visa a acumulação do capital, em prol de um “desenvolvimento da nação”.

Com relação a imprensa como fonte histórica, observa-se que ela tem sido utilizada a partir de tempos recentes. No século XIX isso era praticamente impossível devido aos limites impostos à tradição historiográfica que tinha como pressuposto a busca pela verdade. Assim, para realizar essa tarefa, deveriam ser consultadas fontes fidedignas e distanciadas de seu próprio tempo. Portanto o uso da imprensa como fonte é um reflexo de uma rebelião

historiográfica contra a arcaica escola metódica. Esta sublevação significou não somente uma nova possibilidade de interpretar o conhecimento histórico, mas também novas possibilidades de fontes de pesquisa para o historiador. Neste sentido o historiador deparou-se com uma releitura de suas fontes, ou seja, um acréscimo substancial de suas fontes, e a história passou a ser vista sob novas e variadas perspectivas, não ficando somente restrita a acontecimentos políticos de grupos dominantes.

Em linhas gerais a imprensa vem se mostrando uma importante ferramenta para o ofício do historiador. Contudo, cabe ao historiador melhor compreender sua fonte para assim interpretá-la de maneira coerente. Com relação a isto Marialva Barbosa atenta para:

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).

Segundo a autora tanto o jornalista quanto o historiador efetuam suas interpretações, no entanto, o primeiro acredita estar construindo a história do presente, enquanto o historiador acredita que através de sua reinterpretação do passado estará entendendo o hoje. Segundo Rodrigo Santos de Oliveira:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, “o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado”. Então, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir. (OLIVEIRA, p. 127)

Quando se trabalha com a imprensa como fonte deve-se ter o cuidado de analisar também as reportagens que permeiam como um todo o jornal, não somente a escolhida para a pesquisa e análise. Deve-se averiguar a publicação considerando seus determinantes no que diz respeito ao contexto. Outro fator importante é que se distinga a imprensa oficial da oficiosa, que se diferencie imprensa e opinião pública, uma vez que o texto é uma narrativa intencional, produtora de sentido e não um conjunto de verdades, ao fazer uma análise do discurso é necessário também considerar toda a conjuntura social e política que permeava o

momento da publicação e também a interpretação individual de quem escreve. Segundo Alexandre Ayub Stephanou (2001):

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

Pode-se dizer assim que o discurso escrito é parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala, pois através dele se refutam, se legitimam, se confirmam ou se antecipam respostas. Compreende-se dentro deste panorama que o texto é algo coletivo, uma vez que sofre a interferência de ideias de muitos agentes sociais, da mesma forma o jornal, onde coexiste um diálogo entre jornalistas, leitores e um determinado contexto.

Neste caso pode-se inferir que a ideologia pode servir como um meio de manutenção do poder da classe dominante. Segundo a professora Marilena Chauí (1982) ideologia é:

[...] conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar o que devem valorizar e como devem valorizar o que devem sentir e como devem sentir o que devem fazer e como devem fazer. (CHAUÍ, 1982: p. 23).

Pode-se dizer que a ideologia surge da atividade social dos homens e é um processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais, tornando-se assim ideias dominantes. Os indivíduos que fazem parte da classe dominante através de sua consciência sabem que dominam e que determinam o âmbito da história. Neste sentido eles estendem o modo de dominação para outros campos.

Chauí corrobora com a definição de que a ideologia seria a transformação das ideias da classe dominante também em ideias dominantes, sendo que a classe que domina no plano material também domina no plano das ideias. Assim: *“Embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante.”* (CHAUÍ, 1982 p.36). A classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e economicamente, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são basicamente dois: a ideologia e o Estado.



Segundo *Antonio Gramsci* a ideologia é uma concepção de mundo definidora e constituidora do real:

(...) a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de ideias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção. (GRAMSCI, 1977: p. 1378- 1379.).

Assim, a ideologia tem uma existência que encontra-se materializada no real e nas práticas. Ela é: “(...) *uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.*” (GRAMSCI, 1977: p. 16.). Para Gramsci (1977) ideologia em poucas palavras, compreenderia a criação de uma visão de mundo, enquanto que hegemonia seria a construção ou imposição dessa visão. Com relação a isso pode-se dizer que os valores da classe dominante também são estendidos a classe dominada. Sendo assim Leopoldo Volanin afirma que:

[...] a ideologia se manifesta na escola, através dos textos didáticos, na propaganda comercial e na propaganda ideológica, através da mídia, hoje acessível, de uma forma ou outra a todos os cidadãos brasileiros, entre as quais, incriminam as organizações e movimentos sociais não interessantes aos detentores dos grandes meios de comunicação e propagadores da ideologia dominante. Com isso a ideologia tem a função de manter a dominação de uma classe sobre a outra. (VOLANIN, p. 06).

O que acaba ocorrendo no jornal é que existe uma seleção prévia dos aspectos reais e que são apresentados conforme o ponto de vista de determinadas classes em detrimento de determinados interesses. Quanto a isto Leopoldo Volanin complementa que:

Na História da sociedade brasileira, a chamada grande mídia brasileira sempre tem servido aos interesses políticos e econômicos. Estes interesses vêm embasados em uma linhagem tradicional temporal e espacial. A imprensa, não muito distante, já servia como aparelho ideológico do Estado. Os períodos ditatoriais do Brasil tiveram sua sustentação e sua divulgação pelos meios de comunicação de massa. A própria expansão do rádio coincidiu com a busca de uma identidade nacional e a centralização política do país. Ninguém tem dúvida sobre seu papel infame na ditadura militar, seus ataques sistemáticos aos movimentos sociais, suas funções ideológicas e mantenedoras da ordem burguesa na sociedade brasileira, legitimando a exploração, a miséria, a desigualdade social, oriunda da sociedade de classes. (VOLANIN, p. 09).

A escolha de um jornal como fonte justifica-se também pelo fato de que a imprensa apresenta-se como instrumento de poder, e de interesses, acarretando sua intervenção na vida social. A sua narrativa é basicamente constituída de elementos do cotidiano, gerando dúvidas

que devem ser parcialmente suprimidas a partir de debates empreendidos pela própria história. Com relação à isso Carla Luciana Silva coloca que:

Com isso, a imprensa também “faz a história” presente. As empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações da realidade, acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. A sua narrativa nunca é neutra e gera interpretações sobre os diversos aspectos da vida humana: seja o macroeconômico, seja o micro comportamental. Através delas as pessoas tomam posição e circunscrevem suas visões de mundo. Acaba sendo uma forma de manutenção da hegemonia vigente. (SILVA, p. 02)

A grande mídia/imprensa pode ser considerada uma empresa que trabalha com suas “mercadorias” que não são neutras e sim carregadas de intencionalidades. Considerando-se o fato da mesma ser bem influente na rotina das pessoas, as mesmas acreditam que a imprensa apenas informa, o que acaba criando um grande problema. Através das reportagens do jornal “A Voz da Serra” sobre a construção das barragens tem-se um discurso formado e disseminado, que detém interesses muito claros de instituições que vão de certa forma se privilegiar com a vinda destes empreendimentos para a região.

Esse discurso é perpassado para a população que ao ler o jornal, e sem ter um aporte crítico e uma informação mais elaborada pode acreditar que aquilo é o melhor, que aquilo é o certo. Consequentemente, esse discurso estará associado a uma maior criminalização do movimento que não quer a vinda das barragens, pois ele está “barrando” o “certo”, o “melhor”, o “progresso”. Neste sentido discutir, analisar e contrapor são maneiras de não tornar sacro algo que tenta se legitimar, para assim ressignificar a discussão, criando novas percepções.

### 3 MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras”<sup>6</sup>

Pretende-se através deste capítulo tecer alguns apontamentos referentes a questões teóricas no que diz respeito tanto ao conceito de movimento social quanto a algumas considerações sobre os movimentos sociais, caracterizando-os sempre como atores sociais ativos na história. Torna-se portanto, pertinente apresentar uma breve trajetória/história do Movimento dos Atingidos<sup>7</sup> por Barragens analisando sua formação e origem na região do Alto Uruguai.

Diante disso, torna-se importante inferir que existe uma corrente dentro da historiografia que se propõe a romper com a história positivista, esta que está preocupada em enaltecer grandes feitos e construir narrativas que legitimam heróis. Já a chamada “história a contrapelo”<sup>8</sup> compreende que as pessoas comuns também são sujeitos históricos participantes dos processos sociais e políticos. Dessa forma entende-se que o desenvolvimento da problemática deste trabalho tendeu principalmente a ultrapassar essas narrativas tradicionais para assim concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no seu passado, e de suas reações a esta própria experiência.

O Brasil apresenta um grande histórico de lutas que perpassam vários séculos e permanecem até hoje. De uma maneira geral essas lutas surgem de um contexto de descontentamento sobre a ordem estabelecida e, na maioria das vezes, os relatos se mantêm na história hegemônica de livros (não só escolares) que nem sempre têm a preocupação de demonstrar narrativas coerentes. Associado a isso está todo o processo de colonização que o Brasil sofreu acarretando consequências históricas na divisão do trabalho e na construção do “outro”. Segundo *Anibal Quijano* (1992):

América se constituyó como el primer espacio/tiempo de um nuevo patrón de poder da vocacion mundial y, de ese modo y por eso, como la primera id-entidad de la modernidade. Dos procesos históricos convergieron y se asociaron en la producción

<sup>6</sup> HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** Tradução e apresentação de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 32.

<sup>7</sup> Termo regional utilizado para caracterizar colonos que seriam deslocados com a implantação das barragens. Para uma melhor análise a respeito de como esta categoria foi forjada em uma conjuntura de disputas entre a CRAB e a ELETROSUL, ver *Faillace*, 1991.

<sup>8</sup> Para o aprofundamento deste conceito ver Walter Benjamin; **Sobre o Conceito da História.**

de dicho espacio/tiempo y se establecieron como los dos ejes fundamentales del nuevo patrón de poder. De una parte, la codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados em la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder. De otra parte, la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial. (QUIJANO, 1992: p. 202).

Neste sentido a hegemonia, de uma forma geral, que prevaleceu sobre países colonizados também significou a hegemonia da razão, tornando obscura a associação entre liberação e razão. Essa relação na América Latina foi catastrófica porque ela não encontrou a modernidade senão sob o signo de “modernização”, ou seja, um desenvolvimento em prol do capital, que acarretou a construção de uma nova relação de trabalho que advém do capitalismo industrial, da disciplina do trabalho e do tempo da fábrica. As usinas hidrelétricas são um destes símbolos que emergem junto com o processo de modernização, elas estiveram vinculadas aos processos de transformação social e econômica do Brasil:

Para resolver os problemas de produção e distribuição do setor elétrico, o governo federal, em 68, constituiu a ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A) na posição de subsidiária da ELETROBRÁS, sendo, por consequência, encarregada da construção e operação de usinas hidrelétricas bem como seu sistema de transmissão em toda a Região Sul do Brasil, abrangendo os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (UEDA, 2007: p.184).

Na década de 1980 o governo federal tinha como uma de suas preocupações, vinculadas ao setor elétrico do país, uma busca por uma forma alternativa de geração de energia, assim como a construção de grandes usinas hidrelétricas com capacidade de fornecer energia elétrica suficiente para abastecer todos os estados. No entanto, esses interesses pertenciam intrinsecamente ao processo modernizador relacionado à classe dominante, com estratégias definidas de organização e difusão. Foi nesse contexto que começou a surgir a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), que mais tarde viria a se chamar MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Os atingidos pelas usinas tinham a preocupação de se articular enquanto coletivo para buscar seus direitos de reassentamentos justos. Assim começa a surgir o movimento que integrava pequenos agricultores que dependiam basicamente da agricultura familiar.

Dessa maneira, o tema dos movimentos sociais faz parte de uma corrente sociológica que inaugura uma novidade dentro da sociologia brasileira, sendo considerada por estudiosos

como uma renovação dentro das ciências sociais. Sabe-se que historicamente os movimentos existiram sob formas de resistência articulados e organizados. Em linhas gerais, o conceito de movimento social corresponde a uma ação coletiva que objetiva e almeja mudanças sociais por meio, principalmente, do embate político, conforme seus valores e também ideologias geralmente permeados por tensões sociais.

O coletivo através das tensões sociais desenvolve uma identidade para lutar e defender seus direitos. Segundo Alain Touraine (2003), a definição de movimento social se dá por três princípios: o de identidade, de oposição e de totalidade. Para o autor um movimento social não se define apenas pelo conflito, mas também por sua aspiração em controlar o devir histórico e também por mudanças sociais. O autor entende que os três princípios reunidos dão a coesão necessária para se moldar uma consciência coletiva.

Para Maria da Glória movimentos sociais:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sob temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995: p. 44).

No entanto, torna-se necessário aqui colocar que até o início do século XX o conceito de movimento social contemplava apenas os trabalhadores urbanos e operários envolvidos com os sindicatos. Foi a partir dos anos 60, com as Ciências Sociais e com Alain Touraine, que o termo ganhou uma concepção teórica, mas até hoje ele é impreciso, pois não há um consenso entre os pesquisadores sobre seu significado. Mesmo a definição de Touraine exclui grande parte das associações coletivas atualmente. O autor discute que:

Por movimentos sociais, entende-se aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto baseiam-se nas consciências de um conflito com um adversário social. (TOURAINÉ, 2003: p. 119.).

Com relação a isso Maria da Glória coloca que:

O movimento social apresenta-se na abordagem acionalista como a ação de um grupo, um ator coletivo. Para tal é necessário que ele “se defina por sua situação nas relações sociais de produção, isto é, que situe suas reivindicações e sua oposição a

um grupo adversário no interior dos problemas da sociedade industrial. (GOHN, 2007: p. 143).

Percebe-se que estes sujeitos vivendo em coletivo criam um processo de resistência não estando a serviço de um modelo de sociedade, mas lutando pela democratização das relações sociais. O sujeito só passa a existir como coletivo e não como indivíduo. Além disso, estes novos movimentos sociais procuram sua autonomia, não visam uma radicalização:

(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou a livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. (TOURAINÉ, 1994: p. 262.).

Em suma, há um consenso de que os movimentos sociais difundem os ideais de emancipação, mas também podem ser observados como agentes que anunciam o novo ao denunciar as contradições que existem no mundo capitalista e globalizado para assim desafiar códigos culturais instaurados e que são hegemonicamente dominantes. Pode-se inferir portanto que a rede de movimentos sociais se auto intitula como um conjunto de práticas políticas e reivindicatórias que envolvem a construção identitária da luta em nome de um projeto de transformação social -como no caso do MAB- sistêmica, social, política e também cultural.

Torna-se importante também desenvolver o conceito de identidade camponesa, uma vez que quase todos os atingidos pelas construções das barragens são agricultores. A utilização do conceito se torna pertinente para compreender a realidade agrária da região. O conceito de camponês por si só já é complexo, pois possui uma história significativa que se relaciona intrinsecamente com disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo capitalismo e agronegócio no campo.

Segundo Márcio Antônio Both da Silva o uso do termo camponês para tratar do homem do campo ainda é um problema: “*Mesmo o termo camponês é alvo de críticas e não permite um entendimento seguro das especificidades pelas quais são compostas as distintas sociedades camponesas.*” (SILVA, 2004: p. 17).

Neste sentido o campesinato no Brasil é criado em uma sociedade que se encontra à margem do capitalismo e do latifúndio escravista. O conceito só passa a adquirir lugar de destaque a partir dos anos 50, pois é o momento onde a grande concentração de terras e a desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças nas relações de trabalho

aparecendo como fundamentos da questão agrária brasileira. Compreende-se por campesinato uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e nas diferentes formas de se ter acesso à terra (arrendatário, posseiro, foreiro, pequeno proprietário) associado as inter-relações da família na organização da produção e com o trabalho na terra.

Conforme Marta Marques (2008):

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. (MARQUES, 2008: p. 61).

A etimologia da palavra camponês não se aplicava mais às novas realidades que foram criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Silva (2004) afirma que:

Há certa dificuldade no uso do termo camponês para tratar do homem rural brasileiro. Críticas são levantadas com respeito ao emprego do termo no sentido de ser ele uma importação, pois está mais vinculado ao modo de vida do homem rural europeu. (SILVA, 2004: p. 33.).

Segundo o autor a definição que melhor pode ser atribuída ao conceito de camponês ou identidade camponesa seria sobre o homem que trabalha a lavoura com um manejo mais familiar, garantindo assim a sua subsistência e também da unidade doméstica, não visando a produção de excedentes. A partir do momento que o agronegócio entra em cena esse processo ou se rompe de forma compulsória ou resiste. Os atingidos por barragens de uma forma geral são pequenos agricultores que escolheram como alternativa a resistência à vinda da barragem para que assim se preservasse o meio em que viviam e também suas relações sociais e econômicas.

É neste momento em que essa sociedade se vê em crise que ela precisa se auto afirmar e resistir como grupo, se ordenando internamente para se opor ao mundo externo:

Essas formas de resistência e enfrentamento se colocam como se os camponeses tivessem de enfrentar a tragédia da mudança, vendo tudo se fechar a seu redor, e tendo de descobrir o caminho para passar para o outro lado e reconstruir a vida. Essa travessia, experimentada por tantos grupos camponeses, se traduz na busca de um caminho que quase sempre está no horizonte, onde, aos olhos daquele que vê e daquele que crê, terra e céu se encontram e muitas vezes não se separam. (OLIVEIRA, 2009: p. 199.).

Um aspecto relevante é a religiosidade dessas comunidades, o que nos remete ao MAB. Na iconologia de sua bandeira, coexistem símbolos que estão diretamente relacionados a religiosidade de seus representantes. Um colono crucificado em uma torre de alta tensão de rede elétrica<sup>9</sup>. Em suma, o camponês não se vê de forma solitária, apenas com sua família, mas se sente parte de uma rede de relações entre vizinhos incluindo o apego ao território, permitindo a ele se afirmar como grupo. Para complementar o conceito de identidade camponesa Paulo Zarth afirma que:

Os movimentos sociais do campo da atualidade parecem unir os camponeses em torno de problemas comuns que atingem a todos, sem distinção de origem étnica e cultural. Por isso não é raro encontrarmos lutando lado a lado colonos, caboclos, camponeses negros e, em certos momentos, povos indígenas. O exemplo clássico se refere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que agrega camponeses de diversas origens étnicas sob a bandeira da luta pela reforma agrária. Tal fenômeno tende a consolidar uma identidade camponesa acima de outras identidades culturais e, talvez, superar os conflitos históricos. (ZARTH, 2012: p. 13.).

Pretende-se através desses conceitos depreender um breve histórico dos inúmeros movimentos sociais ao longo da história, incluindo a CRAB/MAB, para demonstrar a importância que outros movimentos também de reivindicação e contestação tiveram para desmistificar padrões e signos da realidade em que se encontravam. Sabe-se que a história do Brasil é repleta de movimentos de resistência da população a padrões de dominação do colonizador europeu, perpassando por populações nativas, negros, africanos, mestiços, mulatos e a mão de obra explorada pelos donos dos meios de produção. De uma maneira geral, esses movimentos que começam a ganhar destaque principalmente no século XVIII marcam a participação no processo de independência de alguns setores da sociedade brasileira. Segundo Maria da Glória Gohn (2003):

Essas lutas irromperam-se em diferentes pontos do país. As relativas às questões dos escravos e à proclamação da República tornaram-se as mais famosas na história, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com os elementos fundamentais do país, ou seja, o sistema produtivo e o sistema do poder e controle político. Entretanto, outras lutas, igualmente importantes, não ganharam tanto destaque na História do Brasil. (GOHN, 2003: p. 18).

Com relação a isso Manuel Correia de Andrade (1991) aponta que:

---

<sup>9</sup> Ver anexos. Figura 03.



Movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial- Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malés da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco etc.-, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história. (ANDRADE, 1991: p. 8-9).

E complementa: *“Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros e como chefes de bandidos.”* (ANDRADE, 1991: p. 8-9). O Brasil no século XVIII traz consigo uma herança significativa de lutas herdadas por movimentos bem estruturados que buscavam ser independentes da Metrópole. Muitos historiadores do período afirmam que a independência brasileira foi promulgada não pelos líderes que por ela lutaram, mas por um príncipe herdeiro de uma monarquia falida contando com o apoio de uma elite rural que apresentava-se conservadora e temia as lutas que eclodiam na Europa. Diante desse contexto os movimentos resistiam e os coletivos se organizavam em prol de liberdade.

Cumpre-se também inferir que a historiografia sobre os movimentos sociais do século XIX no Brasil possibilitou uma nova visão de história do Brasil inaugurada a partir da adoção de novas abordagens metodológicas e novas fontes documentais, rompendo assim com a visão tradicional e mostrando que as camadas populares brasileiras participaram de manifestações em defesa de seus interesses e contra uma ordem dominante elitista e autoritária, em vigor no Brasil desde o início da colonização. O século XIX pode ainda ser caracterizado no Brasil como o século em que os movimentos sociais surgem como fenômenos sociais crescentes, alcançando unidade e coesão. As manifestações ocorridas nesta época foram de fundamental importância para a construção da cidadania sociopolítica do país.

Maria da Glória Gohn observa que:

Entre 1850 e 1990 registra-se também uma série de movimentos messiânicos que a historiografia tradicional destaca como simples fenômenos de fanatismo religioso. Na realidade foram lutas em torno da questão agrária, de resistência às oligarquias rurais, embora eles não tivessem projetos políticos ou ideológicos claros. São exemplos desse tipo de movimento a Revolta dos Muckers no Rio Grande do Sul e Canudos na Bahia. (GOHN, 2003: p. 40).

Já na Primeira República as lutas sociais urbanas tomam corpo e se acirram no Brasil. É nesse momento que surgem organizações anarco-sindicalistas lutando por melhores salários, menores jornadas de trabalho e congelamento dos aluguéis. A segunda fase da República é marcada por lutas sociais que permeiam os acontecimentos políticos em torno do ano de 1930 que demonstrou ser uma nova etapa na história do país. O projeto liberal

industrializante conduzirá essas lutas a um novo cenário, onde o objeto de atenção da política se torna o desenvolvimentismo (que melhor se desenhará nos anos iniciais da ditadura militar). Nesse momento é criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que era encarregado pelo exercício da censura e o controle de alguns interesses, esse departamento representou um grande retrocesso nas lutas dos movimentos sociais. Muitos deles foram refreados pelo clima de repressão instaurado pela ditadura Vargasista. Para Maria da Glória:

[...] o Estado passa a organizar e a interferir na economia e na sociedade com mais vigor. Ainda que as elites conservadoras tenham mantido suas influências junto ao poder público, dada a redefinição das alianças políticas que estabelecem no cenário do país, o caráter da luta social adquire novos contornos. As classes populares começam a emergir como atores históricos sob novos prismas. Paulatinamente vão deixando de ser apenas casos de polícia e se transformando em cidadãos com alguns direitos, como os trabalhistas. Ainda que tenham ocorrido mais no papel, essas mudanças são marcos históricos significativos. Simbolizam o coroamento de etapas de lutas dos trabalhadores e, embora tenham sido promulgadas como dádivas governamentais, foram conquistas das classes subordinadas em geral. (GOHN, 2003: p. 82).

A Terceira Fase é delineada pelo Movimento nacional desenvolvimentista, um tempo fértil no que diz respeito à participação social, dada a redemocratização que instaurou novamente a política partidária, o que se refletiu na multiplicação dos sindicatos. Já os movimentos sociais nesse período emergiram em diferentes partes sempre reivindicando múltiplas questões, como, por exemplo, as reformas de base. Esse período também corresponde a uma fase de intervenção do Estado na economia, onde objetivava criar as condições primárias para acumular o capital embasado nas indústrias de bens de acumulação. É nesse momento que surgem as grandes indústrias que são filiais do modelo americano, e então, pautadas em um discurso desenvolvimentista, buscam aproveitar os recursos naturais e a mão de obra barata do Brasil.

Segundo Maria da Glória:

Os movimentos sociais desta fase foram muitos. As greves de operários e de setores do aparelho estatal, recém expandido pelas necessidades da conjuntura, marcaram o período como um dos mais ricos da história do país em mobilizações e propostas sociais. Também culturalmente foi um período muito fértil, destacando-se realizações no cinema, na música (o surgimento da bossa nova) e no teatro. (GOHN, 2003: p. 92).

E complementa:

O povo irrompe na cena política brasileira pela primeira vez com algum poder de pressão. Os grandes centros passam a exigir novas políticas de controle social, tendo em vista que as velhas táticas coronelísticas, de forte controle a nível local, tornaram-se difíceis de ser mantidas nos grandes centros urbanos. (GOHN, 2003: p. 91).

O período que corresponde à denominada quarta fase compreende a resistência durante o regime civil-militar, uma fase de grande repressão e também de regressão no sentido do que corresponde a expressão política. Apesar do enorme aparato de controle político e social ocorreram muitos movimentos de resistência e também de protesto. Nesse momento a esquerda ganhou destaque no país, motivados em resistir ao avanço das forças capitalistas e em repúdio pela aliança entre militares e capital estrangeiro. Grandes contingentes de indústrias multinacionais passam a se instalar no país marcando um processo baseado e pautado na acumulação e no progresso e principalmente em um maior consumo de energia elétrica. Este aspecto é imprescindível para compreender a instalação das usinas hidrelétricas na década de 80 na região do Alto Uruguai.

Maria da Glória afirma que o período de 1975 à 1982 foi um dos mais ricos da história do país no que está relacionado à lutas, movimentos e projetos para o Brasil:

Ele corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias. (GOHN, 2003: p. 113-114).

E salienta:

[...] a rearticulação da sociedade civil ocorrida no período foi acompanhada da elaboração de vários projetos de mudança social para o país. A união das forças de oposição possibilitou a construção de propostas e frentes de lutas. Havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. Os moradores das periferias das favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas policiais para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social. (GOHN, 2003: p. 114).

Nesse sentido pode-se inferir que a década de 80 foi muito significativa do ponto de vista das experiências tanto políticas quanto sociais, ela também possibilitou a emergência de diversos movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas problemáticas, revelando sujeitos que até antes estavam ocultos. Foi uma década importante também no que diz respeito a construção da ideia de cidadania no Brasil. Contudo a década de 90 é extremamente marcada pela exclusão social advinda da introdução de políticas neoliberais. Nesse período os movimentos sociais passaram a se institucionalizar por meio de instituições não governamentais, se opondo ao Estado, mas participando também de políticas públicas.

Entende-se portanto, que o histórico dos movimentos sociais é importante para entender suas atuações hoje. Este resgate histórico possibilita de certa forma apresentar a história sob o ponto de vista dos atores que a fizeram, já que seus resquícios perduram e são fundamentais para entender os valores que a população assume pra si e que muitas vezes explicam suas práticas comportamentais e simbólicas. Arim do Bem (2006) coloca que: *os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. (DO BEM, 2006: p. 1138).* Para ele os movimentos sociais revelam carências e demandas, mas não somente, eles ampliam e universalizam o campo formal do direito para toda a sociedade. Sem eles o acesso à pluralização e à espaços de desenvolvimento e atuação de identidades sociais seria ainda mais limitado.

### 3.1 A FORMAÇÃO DO MAB

Sabe-se que a história e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens está interligada com os planos de expansão do setor elétrico do país, segundo Jonas José Seminotti (2008):

A formação e a organização do MAB se dão contextualizados com o processo político, social e econômico, ocorrido no Brasil, a partir do final da década de 1970 e, ao se aproximar dos 30 anos de existência, vem se caracterizando como um movimento que reprovava o modelo de desenvolvimento atual e propõe novas alternativas para a geração de energia elétrica no país. (SEMINOTTI, 2008: p. 128).

Em linhas gerais o contexto sociopolítico da época foi um sintoma para a formação do movimento, haviam desigualdades sociais entrelaçadas ao tema do desenvolvimento econômico, ao aumento da dívida externa e ao controle político dos militares. O movimento surge com esse caráter de reprovação ao novo modelo de desenvolvimento e propõe novas alternativas para a geração de energia elétrica no país.

No modelo energético proposto pelo Estado como forma de desenvolver o setor industrial estava previsto a construção de pelo menos 25 barragens na bacia do Rio Uruguai<sup>10</sup>, sendo Machadinho e Itá as obras com maior prioridade. A ausência de esclarecimentos por parte da Eletrosul foi basicamente o que motivou os agricultores a se organizarem enquanto grupo, foi deste conjunto inicial que surgiu em 1979 a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens):

---

<sup>10</sup> Ver anexos. Figura 04.

[ ] O MAB teve sua origem em movimentos regionais, entre os quais a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) criada aqui no Alto Uruguai. Na década de 1980 houve várias manifestações dos agricultores que seriam atingidos pela barragem de Itá. O processo de construção de barragens não incluía consulta aos atingidos e nem negociação com eles. Daí o motivo maior da resistência e das frequentes manifestações.<sup>11</sup>

Em 1988 a CRAB dá origem ao MAB, que tem por objetivo garantir os direitos básicos dos atingidos, assim como defender as inúmeras diversidades das regiões atingidas, incluindo as diversidades sociais e culturais. A partir desse período tornam-se mais comuns e frequentes os enfrentamentos, os trancamentos de estradas e a ocupação das usinas em construção. Na década de 1960 o Brasil havia assumido um novo modelo energético tendo uma participação maior na definição dos rumos do desenvolvimento econômico que estava intimamente interligado com o tema da geração de energia, imprescindível nesse momento para o setor industrial. Como o consumo de energia crescia de forma gradativa foi estruturada uma nova matriz energética tendo como fonte as usinas hidrelétricas.

O Estado brasileiro priorizava as estatais produtoras e as distribuidoras de energia em detrimento das transnacionais. Desta maneira:

A política do Brasil, de um desenvolvimento liderado pelo Estado, era um fator interno importante. O poder das corporações transnacionais no Brasil havia aumentado como resultado do crescimento em seu investimento estrangeiro direto. O governo militar, que desejava contrabalancear o poder das corporações transnacionais, procurou empréstimo em bancos privados como uma alternativa para o investimento estrangeiro direto, de forma a ganhar acesso e controlar o capital estrangeiro adicional. (SEMINOTTI, 2008: p. 129-130).

Dentro dessa conjuntura a Eletrobrás alcançou sua liderança auxiliada pelo crescimento econômico, na época denominado como “milagre econômico”. Essas indústrias trouxeram um novo quadro para o parque industrial brasileiro: as implantações de insumos básicos, bens intermediários e produtos acabados, assim como a utilização de tecnologias modernas, que permitiam um aumento na produção e também de competitividade entre os produtos brasileiros. Para a ELETROSUL a Região Sul oferecia condições perfeitas para a implantação de usinas hidrelétricas, pois era rica em bacias hidrográficas e apresentava um relevo acidentado com vales, características que acabariam diminuindo os custos para a construção das usinas.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Entrevistado: Dirceu Benincá. Entrevista realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Erechim no dia onze de abril de 2012. P. 13-14.

<sup>12</sup> Ver anexos. Figura 05.

A preocupação com a vinda das barragens acabou dividindo a sociedade. De um lado estavam os grandes empresários que seriam os mais beneficiados e do outro estavam os atingidos. Através de uma reportagem no jornal “A Voz da Serra” de 1985, percebe-se esta tensão que se instaurava, e os argumentos sempre pleiteavam o desenvolvimento e a melhoria para a região:

Acrescentou Zanella, que resolvido os problemas sociais, aparecerão os benefícios. Por exemplo, na região Alto Uruguai, há fuga de mão de obra por falta de emprego. [...] Zanella acredita que depois disso será superada a fase recessiva, e as cidades estariam gerando empregos necessários ao desenvolvimento.<sup>13</sup>

Contudo, as usinas são construídas com o principal objetivo de gerar eletricidade para as grandes indústrias, auxiliando os grandes empresários. Percebe-se algumas contradições na fala do ex prefeito de Erechim, que no momento da reportagem era integrante da diretoria da Eletrosul. Para corroborar essa visão, em outra reportagem do jornal o ministro de Minas e Energias (César Cals) coloca a importância da vinda das barragens, pois sem elas os reajustes de energia elétrica só tenderiam a aumentar e pesar no bolso do usuário, discurso sempre relacionado ao desenvolvimento:

O Ministro das Minas e Energias, César Cals, disse em Campo Grande, que os reajustes trimestrais de Energia Elétrica pesam no bolso do usuário, mas o governo não tem outra alternativa para manter o sistema, em perfeita operacionalização e realizar as obras hidrelétricas e redes de distribuição e de transmissão, que considera fundamentais para o desenvolvimento do país<sup>14</sup>.

E complementa com uma metáfora: “[...] a pior tarifa é a escuridão. Este sim é o custo mais alto da sociedade.”<sup>15</sup> No entanto a energia que viria da construção dessas barragens não iria beneficiar usuários comuns, iria somente servir às multinacionais, e mais, percebe-se em sua fala uma maior apreensão com os custos que um “apagão” geraria do que com os atingidos que ainda não tinham sua situação esclarecida junto à Eletrosul, apenas tinham a certeza que a hidrelétrica viria e que sua vinda representava a saída compulsória dessas populações locais.

A construção de uma hidrelétrica traz uma série de problemas, ela altera tanto a estrutura ambiental quanto a socioeconômica de uma região. Nesse contexto, o MAB surge

---

<sup>13</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Zanella; Eletrosul não quer criar conflitos sociais**. Data: 18 de junho de 1985, p. 03.

<sup>14</sup> Grifos meus. Ver anexos. Imagem 04. (Imagem da foto da reportagem)

<sup>15</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Reajuste da tarifa de energia é indispensável**. Data: 09 de fevereiro de 1985, p. 07.

com o objetivo de fortalecer o quadro de forças políticas para disputar a forma de tratamento social juntamente com a população atingida:

A resistência dos camponeses pela terra e o contexto propício para o surgimento de novos movimentos sociais, no final da década de 1970, no Brasil contribuíram para a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai, que começou a organizar lutas contra as políticas estatais e, por consequência, contra a política do setor energético do país. (SEMINOTTI, 2008: p. 134-135).

Outro fator que se somou a formar um movimento organizado foi o despejo ocorrido dos atingidos pelas usinas hidrelétricas de Itaipu e Passo Real<sup>16</sup>. Desta forma a situação indefinida dessas famílias criou as condições favoráveis para se organizarem contra a Eletrosul e também contra a construção das barragens. Acrescenta-se a esse panorama a participação de padres que pertenciam à corrente progressista dentro da Igreja Católica e que nas mobilizações contribuíram de forma significativa no entendimento e na conscientização dessas famílias: “[...] a religião tornou-se o chamamento, o instrumento capaz de relacionar fé e realidade social.” (BENINCÁ, 2008: p. 137). Como afirma em entrevista Rafael Motter:

[...] E a origem disso, como eu falei antes, eu acredito que é religiosa, como minha mãe é uma pessoa muito religiosa, meu pai, assim. Que eu acho que deriva muito dessa, que agora é extinto, né, mas da famosa Teologia da Libertação. Vocês devem conhecer muito bem ela, quais os princípios da Teologia da Libertação. E eles trabalhavam muito com as... inclusive, eras essas pessoas, esses padres, essas irmãs que atuavam nessa cultura de libertação, eles davam muito apoio aos movimentos sociais, assim como foi no MAB, como a gente conhece do MST, que surgiu aqui no norte do estado e nos movimentos sindicais, né, e no Partido dos Trabalhadores, também faziam muitos cursos de formações. Eram muito, muito bom nesse sentido de despertar a consciência das pessoas, e na área rural, assim, eu sei que o meu pai e minha mãe eles se envolvem nesse meio aí.<sup>17</sup>

Durante o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens se consolida o MAB, que era o resultado de um amadurecimento dos movimentos que abrangiam a região. Desta maneira o movimento pode ser caracterizado por três fases, devido as suas alternâncias decorrentes de circunstâncias históricas e de influências do ambiente em que estão inseridos, Dirceu Benincá (2010) observa que:

No seu percurso, eles se tornam suscetíveis a mudanças no tipo de ação, nos métodos e estratégias que adotam, nos objetivos que perseguem, bem como na percepção que têm do Estado e da sociedade e vice-versa. Por vezes, avançam em

<sup>16</sup> Itaipu é uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo. É binacional e foi construída no rio Paraná junto com o Paraguai.

<sup>17</sup> Entrevista realizada com Rafael Junior Motter. Dia 15 de abril de 2011 em Erechim. P. 9-10.

sua organização, mobilização e conquistas, em outros momentos permanecem estagnados ou até retrocedem. Em geral, contudo, figuram como fontes de tensionamento de relações sociais e políticas a partir das bandeiras que defendem e os direitos pelos quais lutam. (BENINCÁ, 2010: p. 86).

A primeira fase pode ser caracterizada pelo início do Movimento (final dos anos 1970 até 1991). Nesse momento são criadas as bases necessárias para assumir as primeiras experiências de organização e luta contra as barragens. Vale ressaltar que o Brasil estava saindo de uma ditadura civil militar e é dentro deste contexto de fortalecimento de políticas neoliberais e uma crença desenfreada no desenvolvimento que eclode o limiar do movimento:

Com o fortalecimento do neoliberalismo, a classe trabalhadora viu-se obrigada a se ressituar em suas estratégias de organização e de luta. Particularmente, os atingidos por barragens encontraram forças para se lançarem como um Movimento nacional (1991) com o objetivo de se tornar massivo. (BENINCÁ, 2010: p. 88).

Nesse sentido foi através da segunda fase (1991 até 2002) que o movimento começou a ganhar caráter de reconhecimento nacional e a se fortalecer. Nesse momento ele também passa a questionar mais a matriz energética que se apresenta no Brasil. Benincá (2010) observa que:

A trajetória do Movimento vem sendo marcada basicamente por ações em duas perspectivas. Por um lado, pela resistência em manter a população no meio rural, preservar a natureza, garantir indenizações e reassentamentos de forma justa. [...] O Movimento foi percebendo também a necessidade de pensar ações propositivas para um novo projeto energético, mais democrático, justo, respeitador do meio ambiente e capaz de contemplar a participação dos afetados nas decisões acerca da construção de hidrelétricas. (BENINCÁ, 2010: p. 90).

Já a terceira fase que corresponde de 2003 em diante, apresenta-se para o movimento como uma abertura de possibilidades na busca por uma democracia participativa, sempre fortalecendo as articulações anteriores. Os desafios atuais do MAB perpassam a realidade dos atingidos e passam a entrar também em pauta preocupações que tangem o setor energético brasileiro e suas associações com empresas nacionais e internacionais, as altas tarifas de energia elétrica e os processos de privatizações dos recursos brasileiros. Pode-se inferir que a formação do MAB é uma resposta às políticas adotadas pelo governo brasileiro a partir, principalmente, da década de 70 no setor energético do país. Assim o movimento se torna legítimo no sentido de consolidar a identidade dos atingidos e transformar os mesmos em atores políticos e sociais reconhecidos na sociedade brasileira.



## 4 O PREÇO DO PROGRESSO

“[...] Lembro-me daquele pé de amora de cravo e alecrim

Onde toda tarde eu brincava ali

Mas num fechar de olho tudo veio a apagar

Pois o lugar que amo hoje debaixo da água está.

Tirou meu direito de tarde ali brincar

Há como mamãe chorou quando viu

Sua casinha com as outras coisas naufragar

Sobraram apenas lembranças daquele lindo lugar.”<sup>18</sup>

Em linhas gerais este breve capítulo almeja demonstrar alguns conceitos caros aos atingidos pela construção das barragens. Juntamente a isso também pretende-se retratar os principais impactos causados pela construção das usinas hidrelétricas no Brasil. Diante disso sabe-se que a formação da CRAB é reflexo das medidas adotadas pelo governo brasileiro a partir principalmente da década de 1970, no setor energético. O período que compreendeu a ditadura militar foi um dos aceleradores do processo de desenvolvimento do país. Este modelo energético que o Estado exigia para que as grandes indústrias se consolidassem acabava comprometendo e prejudicando diretamente os moradores onde as hidrelétricas seriam construídas. Segundo Dirceu Benincá:

Nesta conjuntura o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do progresso da nação! (BENINCA, 2010: p. 29-30).

A construção de barragens<sup>19</sup> nesse momento está intimamente interligada com interesses políticos, econômicos e tecnológicos de governo, de empresas financiadoras e construtoras. O progresso obedece a um projeto modernizador, a uma lógica que corresponde ao sistema capitalista. Para os atingidos este conceito se torna caro diante da conjuntura

<sup>18</sup> Poesia retirada do Caderno de Poesias do Movimento dos Atingidos por Barragens. 2010. Autora: Lucilia, p. 42.

<sup>19</sup> Vale também ressaltar que o Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, ficando apenas atrás da Rússia e da China. Possui uma capacidade de 260 MW, sendo que metade desta capacidade se encontra localizada nas bacias do Amazonas e do Tocantins.

estabelecida, não sendo mais aceito como algo contínuo, natural ou bom, junto com o progresso vem a exclusão, a marginalização. Bruno Antonio Picoli coloca que:

Várias são as faces desse suposto progresso “que vai chegar”, podendo ir desde a abertura de uma fronteira agrícola em uma região ainda “pouco povoada” e não integrada em completude ao mercado até uma grande obra de engenharia. Em ambos os casos altera-se sobremaneira as características físico-culturais de um determinado território. A chegada do progresso, no entanto, não se dá de modo tranquilo, calmo, imperceptível, mas, ao contrário, promove conflitos, representações, “impõe” mudanças: se o que está “não é progresso” é preciso mudar para poder gozar dos benefícios desse. (PICOLI, 2012: p. 13-14).

Segundo Walter Benjamin o progresso representa um curso que se encontra permanente na história, sendo assim ele é inevitável, trazendo resultados catastróficos dos quais ele é cúmplice. Em sua interpretação da alegoria pintada por Paul Klee (1879-1940) em um quadro chamado *Angelus Novus*<sup>20</sup> ele conclui que:

Representa um anjo que parece estar a afastar-se de alguma coisa que contempla fixamente. Os olhos estão arregalados, tem a boca aberta e asas estendidas. É este, seguramente o aspecto do anjo da história. Ele tem a face voltada para o passado. Onde vemos perante nós uma cadeia de acontecimentos, vê ele uma catástrofe sem fim que incessantemente amontoa ruínas sobre ruínas e lhas vai arremessando aos seus pés. Ele bem gostaria de ficar, de acordar os mortos e voltar a unir o que foi destruído. Mas do paraíso sopra uma tempestade que lhe enfuna as asas e é tão forte que o anjo já não é capaz de as fechar. Esta tempestade arrasta-o irresistivelmente para o futuro, para o qual tem as costas viradas, enquanto o montão de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Esta tempestade é aquilo a que chamamos progresso. (Apud SANTOS 2008: p. 53).

O relato de um entrevistado retrata esta relação com o progresso que a empresa construtora transmitia ao chegar no local:

Então, o que acontecia no meu município lá, eu lembro que eu estudava lá ainda, os caras tinham programas, as empresas. Isso é muito forte quando é antes e no momento de construção, as empresas, elas jogam muito dinheiro nas comunidades. Muito dinheiro para nós, para eles, que conseguem tirar oitocentos mil reais num dia de turbina gerando é uma mixaria. Mas nós, para nós, assim, ver: “Poxa veio cem mil para o município, meu Deus do céu, uma verba de cem mil reais, nossa, é algo extraordinário”. Então, eles vão nas escolas, eles fazem programas educacionais, eles incentivam isso financeiramente, patrocinam [...] Como é que tu não vai conseguir perceber esse tipo de violação que a empresa faz, né. Aí eles fazem isso nos hospitais, colocam dinheiro nos hospitais. Principalmente na mídia, nas mídias regionais, é muito patrocínio, eu tive essa oportunidade, no meu TCC, de analisar dezenas de notícias de jornais com aquela propaganda do desenvolvimento. Nossa, assim, o sentimento que muitos tinham lá no meu município era que Severiano de Almeida ia ficar uma Suíça europeia, porque o discurso do desenvolvimento era muito forte. Trabalho, bom, todos os problemas sociais iam se extinguir, a sensação que eles passaram para nós e aonde que só piorou. Tem muitos problemas ainda, que

<sup>20</sup> Chamado por Benjamin de O Anjo da História. Ver Anexos. Figura 06.

eles prometeram para resolver e não resolveram até hoje. Um exemplo é a qualidade de energia elétrica que eu citei antes, comunidades que ficam isoladas, negócios que terminam porque reduz o número de gente nas comunidades, as empresas têm que fechar e como aconteceu no meu município, comércios fecham porque não tem mais gente para consumir, então.<sup>21</sup>

É possível perceber que a história do Brasil está intimamente ligada com o processo de internacionalização da economia brasileira, esse processo compactuava com o desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista e promoveu uma internacionalização também dos bens naturais do país. George Martine e Ronaldo Garcia afirmam que:

[...] a coerência entre o modelo implantado no campo e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado durante a ditadura militar, conjugada a fatores externos propícios, prometiam fazer do Brasil um “grande celeiro”; a modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário a viabilização da rápida expansão da capacidade industrial- objeto prioritário do modelo de modernização conservadora proposto. (MARTINE, GARCIA. 1987: p. 10)

Neste sentido os atingidos sentiram a necessidade de se organizar tanto para resistir quanto para reivindicar seus direitos. Através desse processo foi possível que eles se entendessem como uma classe e também devido às suas experiências anteriores, a construção da barragem tornou-os parte de um coletivo intitulado atingidos, como consequência a experiência de ser atingido possibilitou para eles se reconhecerem como um coletivo.

Desta maneira entende-se os atingidos por barragens como uma classe que através de alternâncias de reciprocidades corroboram suas experiências. Eduard Palmer Thompson define classe sob uma perspectiva histórica, pois defende a ideia de que a classe se define através dos próprios homens enquanto vivem a sua história. Neste sentido, o autor afirma que as classes não existem separadas, e sim em um constante processo de luta e é a partir desse processo que as pessoas acabam se descobrindo como classe. Sendo assim, é correto afirmar que as classes surgem através da luta e existem porque lutam por algo comum. Segundo Thompson (2011):

(...) quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram –ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 2011: p. 10).

---

<sup>21</sup> Entrevistado: Rafael Júnior Motter. Entrevista realizada em Erechim. Data: 15 de abril de 2011. P. 24-25.

A CRAB surgiu através de conflitos políticos e sociais e através destas tensões o grupo conseguiu se articular com coesão em busca de ideias comuns. Desta forma Thompson defende que a formação da classe se dá basicamente pela experiência comum dos agentes, pois as pessoas sentem e articulam uma identidade que as une. Outro fator importante é que cada ser humano pode agir de forma diferente com uma mesma experiência, sendo assim, uma classe não pode existir sem uma “consciência de classe”.

Os atingidos pelas barragens, por exemplo, se unem através de relações sociais que os permitem e os colocam em uma condição de “explorados”, isso gera uma indignação que faz com que os trabalhadores compartilhem uma experiência de oposição de interesses aos de seus exploradores. Entende-se aqui que a experiência é determinada pelos meios de produção:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos debatem-se em torno desses membros nós, e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2011: p. 274.).

Dessa forma Thompson infere que uma classe não pode simplesmente existir dissociada da experiência de determinadas situações. E complementa:

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e suas expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2011: p. 277.).

Para ele, a classe não é entendida como uma estrutura ou uma categoria, por classe ele entende algo que resulta efetivamente das relações que os seres humanos estabelecem tendo por característica a fluidez. Outra questão que merece destaque é que a construção de barragens acaba evidenciando a disputa do capital pelo território e pelo poder econômico, no entanto as comunidades não percebem o lugar onde elas vivem com esses mesmos interesses.

Para elas esse lugar além de constituir sua identidade, é um lugar de extremo apego e que trabalha também com a memória deles. Em linhas gerais, os atingidos acabam sendo excluídos de sua comunidade, a qual ao longo de suas trajetórias efetuaram suas convivências. Desta maneira a barragem pode ser entendida como uma nova forma de colonização, uma vez

que através de um discurso modernizador as comunidades locais eram condenadas a deixar suas habitações:

Apropriando-se dos bens naturais, subordina, silencia e expulsa compulsoriamente as populações locais. Aí a água é transformada em energia: a energia, em mercadoria: a mercadoria em obsessão de consumo: o consumo em sinônimo de desenvolvimento: o desenvolvimento em destruição da natureza e exclusão dos pobres. (BENINCÁ, 2010: p. 26-27).

Esta disputa entre o movimento social e a empresa construtora da barragem (Eletrosul) é permeada por diferentes concepções de espaço. Os atingidos entendem: *“o espaço como o lugar da produção da comunidade, invocando seu processo histórico e direito a continuar sua existência nesta terra.”* (RUSZCZYK, 1994: p. 76). Contudo a Eletrosul concebe: *“o espaço a ser inundado como um espaço contabilizado, apropriando-se dele para produção de energia observando a relação custo benefício.”* (RUSZCZYK, 1994: p. 61). O movimento luta para preservar esse território juntamente com suas relações e vínculos, entendendo esse espaço como um espaço de vida, com seu ordenamento e sua paisagem que são característicos daquele lugar.

Marcos Aurélio Saquet define e relaciona território a poder. Neste sentido pode-se observar que as hidrelétricas com o discurso do “progresso” se apropriam do território dos agricultores que são reteritorializados tendo que estabelecer novas relações com o espaço pelo poder que este espaço representa economicamente. Território, neste sentido, é entendido como conflito social e é praticamente inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de produção.

Para Saquet (2013) *“O território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feito por pessoas. (SAQUET, 2013: p. 27).”* Nesse sentido território também significa apropriação e dominação, sendo objetivado por relações concretas e abstratas de poder implicando a cristalização de uma territorialidade. O território também apresenta caráter político, pois é um espaço modificado pelo trabalho e apresenta relações de poder:

Um território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129).

Segundo o autor: “*É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território (s) e territorialidade (s), a seu modo, com consonância com suas normas, regras, crenças, valores ritos e mitos com suas atividades cotidianas. (SAQUET, 2013: p. 24).*” Desta maneira território significa a interação entre natureza e sociedade, significa economia, política, cultura, identidades e representações, dominação e controle, domínio e degradação.

O território é percebido e concebido de formas diferentes, os agricultores (atingidos pelas barragens) estabelecem uma relação de carinho com o lugar em que vivem, pois tem apego às relações sociais que também já estão estabelecidas. Percebe-se esta familiaridade em um relato de uma entrevistada:

E eu, querendo ou não, eu era pequena, mas eu me lembro que eu adorava a minha casa, o gado, a propriedade, e sair dali para ir para outro lugar foi assim, eu fiquei apavorada né, porque onde nós estamos morando agora não tinha ninguém perto. Não tinha vizinho, não tinha nada. E onde eu morava antes no Sarandi, era todo mundo perto. Eu tinha os meus primos, eu tinha os meus tios, e sair desse convívio familiar, de vizinhança e ir para um lugar extremamente diferente é muito difícil, mesmo estando na mesma cidade.<sup>22</sup>

No entanto, a hidrelétrica depreende por território interesses estritamente econômicos e de poder. Esta relação entre poder e terra se inter-relaciona com uma famosa obra literária. *O Pêndulo do Relógio*, de Charles Kiefer. A obra tem como personagem principal um agricultor chamado Alfredo Muller que comete suicídio por não conseguir mais achar alternativas para quitar sua dívida junto ao banco. Coexiste então um sentimento constante de perda no decorrer da obra, pois ele perde o pequeno pedaço de terra que possui, acaba cedendo a casa, seus bens e isso tudo se torna muito traumático para um pequeno agricultor.

Da mesma maneira os atingidos também possuem essa relação traumática com a perda da terra. Percebe-se isso através de silêncios encontrados nas entrevistas que apontam para fortes indícios da ligação existente entre a luta pela terra, os enfrentamentos com as forças governamentais, as dificuldades de reassentamento com o processo traumático que toda esta ação gerou.<sup>23</sup>

No livro, o filho do agricultor (Mateus) retrata este sentimento de perder a terra e sair do seu local, pois o agricultor é a pessoa que trabalha a terra, ela é a fonte do seu sustento:

<sup>22</sup> Entrevistada: Laís Bencke Tonatto. Entrevista realizada em Veranópolis sede do ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Data: 25 de abril de 2014. P. 3.

<sup>23</sup> No capítulo quatro trago o relato de uma militante do MAB que afirma que o processo de se realocar devido a construção das barragens foi tão traumático para seu avô que ele veio a falecer. Entre outros tantos casos que existem pelo Brasil.

Nós, sem as nossas ferramentas, podemos ser confundidos com os esfarrapados que andam pela cidade. Elas são o nosso símbolo de trabalho e de luta, como diz o padre Douglas. Agora, querem fazer da foice o símbolo da nossa violência. Me diga, não é violência o que passam os velhos doentes [ele (o pai) respirava com esforço, andava mal do pulmão. Eu, ali na frente dele, não sabia ainda que a morte estava comendo ele lá por dentro, mas fiquei muito triste], as crianças e as mulheres nos acampamentos? Não é violência prometer assentamentos e não cumprir? Sabe o que eu ouvi, aqui na prisão, um locutor dizer no rádio? Que a reforma agrária tinha a sua primeira vítima! E os que já morreram assassinados pelos jagunços? Colono morto é bicho, pra ser contado entre as galinhas? (KIEFER, 1994: p. 70).

A obra retrata a cruel realidade de um modelo de desenvolvimento econômico que viabiliza a monocultura como meio de produção, isso acaba acarretando uma desestruturação social no pequeno proprietário devido também a falta de tecnologias adequadas às diversas realidades produtivas. Os atingidos são um exemplo não ficcional dos resultados que este modelo de desenvolvimento visando o progresso implantou. As sementes do progresso germinam desastres catastróficos.

## 5 QUEM TEM “VOZ” NA “SERRA”? - ANÁLISE DOS PERIÓDICOS

Partindo do pressuposto de que a imprensa é uma tipografia que vende suas mercadorias e que não é neutra, pretende-se neste capítulo analisar a abordagem que o jornal *A Voz da Serra*<sup>24</sup> tem a respeito do início do Movimento dos Atingidos por Barragens. Minha problemática baseada em minhas análises prévias é de que o jornal tem um posicionamento ideológico e político e que ele foi muito influente na corroboração e na argumentação da vinda das barragens para o Alto Uruguai. Assim como, também possui um discurso negativo acerca daquilo que não lhe convém, como por exemplo, os manifestos dos agricultores/atingidos à respeito das barragens. A delimitação temporal analisada corresponde aos anos de 1979 (início da CRAB) até 1985 (ano em que o Brasil está saindo de uma ditadura civil-militar).

Para contrapor as reportagens do jornal serão utilizadas as entrevistas pertencentes ao Laboratório de História Oral. No que concerne à história oral, *Marieta de Moraes Ferreira* (2002) coloca que ela funciona como um laboratório de reflexão metodológica: *"Tendo como pressuposto básico a produção de entrevistas como fontes históricas, a história oral problematiza a utilização de todas as fontes, ao colocar em evidência as condições de produção das mesmas e a sua relação com o pesquisador."* (FERREIRA, 2002: p. 327). E complementa:

[...] a história oral não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades. (FERREIRA, 2002:p. 330).

Neste sentido a história oral é um campo de pesquisa extremamente rico que problematiza a utilização de todas as fontes. Sabe-se que o Brasil é uma das nações do mundo que mais construíram barragens nesses últimos anos, 80% da sua energia elétrica é proveniente de represas. Apesar de estudos e novas iniciativas para a diversificação da energia, o que existe é uma argumentação de agências de planejamento de energia e empresários, juntamente com a imprensa, de que as hidrelétricas são fundamentais para a economia e o desenvolvimento do país. A construção dessas barragens no Brasil provocou inúmeros impactos tanto sociais quanto ambientais. O MAB estima que cerca de um milhão

---

<sup>24</sup> Na delimitação temporal de minha pesquisa o jornal era intitulado *"A Voz da Serra"*, atualmente é conhecido como *"A Voz"*.



de brasileiros já sofreram impactos com as construções de barragens, e mais, que 70% dessas populações nem sequer receberam indenizações pelas suas perdas. Com relação a isto um entrevistado nos afirma que:

Quem tem a maior parte do consórcio, hoje, é a empresa Suez, a Tractebel, empresa francesa, Suez, que foi o primeiro caso de uma obra em construção que foi privatizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Meus pais tinham muitos conhecidos que foram até companheiros de própria luta, dos sindicatos, luta do Movimento das Mulheres, parentes nossos que foram atingidos e que iam sair assim: ou com uma indenização totalmente injusta ou com nenhuma indenização, como ainda hoje, tem caso de gente que não se organizou e ficou sem indenização.<sup>25</sup>

É diante desse contexto que se forjam as notícias na imprensa nessa época. De um lado os empresários e seus discursos pautados na economia e no progresso; do outro os agricultores atingidos que não sabiam direito o que estava acontecendo, pois a Eletrosul não lhes passava nenhuma decisão concreta, e isso lhes causava insegurança. Nédio Piran (2001) infere a respeito desse período colocando que:

É um momento em que são discutidos e questionados grandes temas nacionais, tais como: o modelo energético (grandes barragens), a integração do Cone Sul, o modelo econômico brasileiro, culminando com a indicação da necessidade de construir uma nova sociedade. (PIRAN, 2001: p. 71).

Neste sentido, muitas vezes, no almejar esta nova sociedade os atingidos são confundidos com “marginais”, soma-se a isso a visão da mídia que acaba distorcendo os reais significados do propósito do movimento, tratando-o como um fator de atraso à economia do país.

O ano de 1979 constitui um grande marco para o Movimento dos Atingidos por Barragens. É nesse momento que a CRAB começa a se organizar e se mobilizar. Neste sentido, o jornal “A voz da Serra” desse ano traz poucos elementos sobre esse acontecimento. No entanto, alguns fatores relevantes que permeavam essa atmosfera de surgimento do movimento já passam a ter maior visibilidade no jornal, como no artigo “*A Igreja depois da Puebla*”<sup>26</sup> onde há um conteúdo sobre a teologia da libertação em uma Conferência Geral do Episcopado Latino Americano que se realizou em Puebla, no México:

A 3ª Conferência da CELAM<sup>27</sup> que se realizou 10 anos depois da Conferência de Medellín, Colômbia é considerada da maior importância para fixar as diretrizes de ação de uma Igreja que se torna cada vez mais missionária mais evangelizadora,

<sup>25</sup> Entrevistado: Rafael Júnior Motter. Entrevista realizada em Erechim. Data: 15 de abril de 2011. P. 14.

<sup>26</sup> Fonte: Jornal A Voz da Serra. Data: 17 de fevereiro de 1979, p. 10.

<sup>27</sup> Conselho Episcopal Latino Americano.

num continente onde as estruturas socioeconômicas e políticas são tão injustas e instáveis quando justas e permanentes são as reivindicações básicas de uma massa que depende da orientação de sua Igreja. [...] A palavra evangelizadora encarna-se em comunidades atuantes, e em ações de libertação para que o “Mandamento Novo” se torne realidade para todos.<sup>28</sup>

Sabe-se o quanto essa corrente progressista da igreja católica foi relevante para organizar as lideranças dos atingidos. No jornal não há maiores informações. Outra reportagem também merece atenção:

O secretário de agricultura, em seu discurso, enfatizou que: **“ninguém deseja que o homem que produz no campo, passe a ser um marginal a beira das grandes cidades”**<sup>29</sup> Não quero que o êxodo rural seja uma involução... não. Ele é um fenômeno que ocorre em todas as partes do mundo. Mas, o que não temos suficientemente, por parte das indústrias, são condições para absorver toda essa mão de obra liberada pelo campo...<sup>30</sup>

Sabe-se que o êxodo rural é uma questão que denota preocupação, e que a vinda do agricultor para a cidade o faz muitas vezes ficar desamparado e à margem da sociedade. No entanto, o emprego da palavra “marginal” carrega certo tom pejorativo, e mais, o fato de ele não produzir nem no campo e nem na cidade são preocupações mais evidenciadas do que o próprio fato do mesmo poder vir a ficar à margem das grandes cidades. Esse discurso carrega consigo os “ares do progresso” receoso pela conjuntura econômica do país. Nesse ano o jornal traz também muitas promoções, incluindo prêmios e redações sobre fontes alternativas de energia: *“Banco do Brasil S.A Prêmio de Estímulo à pesquisa de fontes alternativas de energia”*<sup>31</sup>, em nenhuma circunstância é citada a possibilidade de construção de barragens, cabendo ao jornal sua função de “preocupado com o meio ambiente”.

Ainda nesse ano, segundo Aurélio Vianna Júnior (2012): *A partir das reuniões foi criada em dezembro de 1979 uma Comissão de Barragens, com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sindicalistas de trabalhadores rurais, com o objetivo de lutar pelos direitos dos colonos que seriam compulsoriamente deslocados. (JÚNIOR, 2012: p. 22).* E acrescenta que:

No início de 1980, com o início das negociações com os colonos proprietários da área onde seria instalado o canteiro de obras da barragem de Machadinho, a Comissão de Barragens reuniu-se e escolheu um grupo de representantes que dirigiu-se ao escritório da ELETROSUL em Erechim, para discutir os valores das

<sup>28</sup> Fonte: Jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **A Igreja depois da Puebla**. Data: 17 de fevereiro de 1979, p. 10.

<sup>29</sup> Grifos meus.

<sup>30</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Não queremos que o homem do campo seja um marginalizado**. Data: 1979, p. 06.

<sup>31</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Data: 26 de outubro de 1979, p. 04.

indenizações. A Comissão avaliou positivamente esses primeiros contatos com a ELETROSUL. (JÚNIOR, 2012: p. 22).

Nesse ano há uma reportagem a respeito de uma manifestação dos agricultores sobre a construção das primeiras barragens na região do Alto Uruguai. Ocorreu um encontro com os atingidos por barragens onde foi exposto um manifesto com suas aspirações e deliberações. Aparentemente não há uma posição do jornal sobre a construção da barragem e nem sobre o manifesto. Neste documento os agricultores expressam suas preocupações e aflições a respeito da construção de mais de 20 barragens atingindo 3.280 famílias de agricultores:

Para quem são estas barragens? Julgamos também legítimo perguntar: a construção dessas barragens obedece a interesses de quem? Sabemos da importância da energia elétrica. Nós também precisamos dela, embora por longo tempo soubemos contribuir e muito para a sustentação econômica da nação sem a energia elétrica, trabalhando duro nestas terras que agora estamos sujeitos a perder. Em troca de nossas terras será gerada uma abundante energia elétrica. Ela vai servir a quem? Vieram nos dizer que ganhamos uma loteria com a construção das barragens. Que loteria é esta que nos faz perder as terras e não saber para onde ir? E para completar esta pergunta, esta energia não estará a serviço das indústrias dos estrangeiros, que já dominam a economia da nação, e assim poderão nos subjugar com mais facilidade?<sup>32</sup>

Esse trecho do manifesto traz elementos bem importantes, o questionamento de para quem são estas barragens, a serviço de quem estará esta produção de energia. Vale ressaltar que as grandes usinas hidrelétricas produzem para grandes indústrias e não para o Brasil em si. Este “progresso” é colocado em xeque. Com relação à questão energética gerada pelas barragens em entrevista com uma militante do MAB temos que:

A própria questão energética, nós do MAB, aqui é uma região que já foi construída várias barragens e tá em projeto várias né, muitas, e como vocês sabem a energia que é gerada aqui expulsa um monte de gente e criou um monte de problemas, trouxe alguns benefícios, mas assim a energia tá indo pra fora ou o lucro que tá sendo gerado ali com as barragens não fica aqui e, fica assim um tantinho assim que é 2% que é os royalties mas, 98% vai pra TRACTEBEL, SUEZ na França, vai pra ALCOA, vai pra, enfim não é pra região né. Então essa também é uma coisa que nós, a gente acha que é um grande desafio do MAB é pensar qual é o projeto energético pro país.<sup>33</sup>

Essas questões se fazem cada vez mais presentes na vida dos atingidos e os questionamentos passam a ser um estímulo para indagar a construção das barragens. Aliado a

<sup>32</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as Barragens**. Data: 29 de março de 1980, p. 06. Ver anexos. Imagem 07.

<sup>33</sup> Entrevistada: Alexandra Borba. Entrevista realizada em Erechim na sede do MAB, no dia primeiro de outubro de 2012. P. 18.

isso tem-se o medo de perder a terra que passa a se tornar cada vez mais concreto. O vínculo com a terra é evidenciado em mesma entrevista:

Pessoalmente, quando nós passamos por isso, eu lembro mais da reação assim da minha mãe, do meu pai, não tanto minha. Eu acho que naquela época eu não tinha a dimensão do que isso significava. Mas do que eu lembro assim, a minha mãe, ela tinha muito medo de ficar longe da família dela, então, por exemplo, o pai dela ia ser atingido, os irmãos dela, e iam ter que sair, ser realocado pra outro lugar, então ela tinha muito medo de ficar longe do pai dela porque ela viveu a vida inteira muito próximo, tinha uma convivência bem boa. O meu pai já teve, era uma outra reação assim ele tinha muito apego com o lugar, então ele não queria sair dali. Nós fomos reassentados, agora faz doze anos, mas faz pouco tempo que ele parou de falar em voltar pra lá, ele ficou muitos anos falando em vender a área e voltar a morar lá porque ele tinha apego com aquele lugar. E o meu vô, pai do meu pai, foi um caso bem complicado porque ele também era a mesma... igual a meu pai, ele não queria sair, que ele, como eu falei antes, ele, a família dele se criou e tal, a mãe dele, os irmãos dele ali em Soledade, e ele foi pra Machadinho, só ele, todos os irmãos continuaram lá, e ele foi assim, foi só com os braços. E trabalhou muito, sofreu demais, e depois veio a minha vó, minha vó também, pra comprar aquela terra. Então naquele período ainda se conseguia trabalhando comprar um pedaço de terra. Então ele tinha muito amor àquilo, porque ele, digamos, ele via aquilo que ele construiu, ele trabalhou pra comprar aquilo ali, suou e tal e criou os filhos dele, então ele não queria sair. E aí ele foi morar em Campos Novos, também no mesmo lugar que nós fomos morar, quer dizer mesmo lugar não, mesmo município, que dava 65 quilômetros, era na outra ponta do município. E ele optou por uma indenização diferente, que era uma carta de crédito, então ele recebia um valor determinado pra ir comprar uma área de terra em outro lugar. Daí ele foi, comprou, e ele já tinha... não sei que idade, mas acho que ele já tinha uns 60 anos, mais ou menos, e daí ele foi morar uns dois, três anos ele ficou bem, mas ele sempre tinha aquela coisa de querer voltar e voltar. Daí depois ele começou a ficar doente, ele começou a perder a memória e, quando ele perdeu assim que tava bem avançado, acho que demorou uns seis meses, nesse período começou e ficou bem crítico assim, que daí ele não conhecia mais as pessoas... [ ] É ele falava sempre em voltar para casa. Então quando ele já tava sem a memória e tal aí ele dizia: “ó, amanhã eu vou voltar pra casa”, ele tava na casa dele, mas ele falava que ia voltar pra casa. Então ele não superou assim essa coisa de ter que mudar sabe, de ir pra outro lugar, enfim. E eu acho que essa foi a maior perda que nós tivemos com a barragem porque, não tem dinheiro que pague né? A gente recebeu um reassentamento, uma casa, tudo isso, mas isso não volta né, e algumas pessoas da minha família, eles têm esse mesmo entendimento. Outros não, “ah, deu uma doença e tal”. Mas eu acho que foi, muito foi pelo problema dele ter saído dali e ter perdido aquilo que ele construiu e tal. Então, isso que você pede do choque, acho que é isso, causa consequências diferentes conforme cada pessoa, conforme a relação que a pessoa tem com aquele lugar, com aquela terra. Tem gente que diz “graças a Deus eu quero sair daqui, não aguento mais esse peral e tal” e tem gente que levou anos pra construir aquilo e quer ficar ali a vida inteira.<sup>34</sup>

A entrevistada relata o quanto foi difícil para seu pai sair do lugar onde criou os filhos, também afirma que de todos os impactos trazidos pela barragem esse foi o mais prejudicial para a família. Pode-se perceber o quão importante é o manifesto nessa conjuntura social,

<sup>34</sup> Entrevistada: Alexandra Borba. Entrevista realizada em Erechim na sede do MAB, Erechim no dia primeiro de outubro de 2012. P. 6-7.

podendo legitimar a luta dos atingidos. Também sobre o manifesto anteriormente citado, Aurélio Vianna Júnior discorre:

No mês de março do mesmo ano, a Comissão promoveu um encontro interestadual-Rio Grande do Sul e Santa Catarina- que resultou na publicação do MANIFESTO DOS AGRICULTORES DO ALTO URUGUAI GAÚCHO E CATARINENSE sobre as Barragens, no qual questionou a necessidade da construção das hidrelétricas e formulou a reivindicação de *terra por terra, rejeitando as indenizações em dinheiro e exigindo que fossem ouvidos pela ELETROSUL e que as soluções fossem 'comunitárias'*<sup>35</sup>. O presidente da ELETROSUL respondeu através da imprensa que *a empresa levava em conta o pagamento de um preço justo pela terra e o reassentamento da família na própria região ou em projetos de colonização*<sup>36</sup>, involuntariamente confirmando o temor dos atingidos reforçado pela pregação da Comissão de Barragens de um reassentamento em áreas de colonização na Amazônia. (JÚNIOR, 2012: p. 22).

Em novembro do mesmo ano a ELETROSUL se manifesta afirmando que dentro de dois anos iniciam-se as construções das barragens: *“Uma conferência foi realizada na casa da amizade com os técnicos da ELETROSUL sobre a construção da usina. Estima-se que dentro de dois anos as obras iniciem,”* (VOZ DA SERRA, 1980: p. 13).<sup>37</sup> O jornal demonstra preocupar-se com a questão ecológica, mas nada diz a respeito dos atingidos. Em janeiro de 1981 a Comissão Regional das Barragens compartilha um comunicado demonstrando sua posição contra a construção das barragens, reiterando a importância do reassentamento para atingidos e cobrando uma resposta da ELETROSUL:

Quem decidiu construir as barragens? Para quem são estas barragens? Quem vai pagar estas barragens? Para onde iremos? Até agora todas estas questões ficaram sem resposta satisfatória. A ELETROSUL até hoje não deu uma palavra precisa. Os poderes constituídos não se sabe porque, também não esclareceram estas questões até hoje.

E complementa:

Esta atitude está preocupando as 3.280 famílias de agricultores que serão atingidos pelas águas e, conseqüentemente, terão que buscar outro local para sobreviver. Por isso, numa atitude serena, mas ao mesmo tempo consciente, firme e decidida, passaram a buscar pelas próprias forças as respostas que até agora não obtiveram.<sup>38</sup>

Percebe-se que nestas reportagens não existe a manifestação do jornal. Os atingidos raramente tem voz no periódico e quando tem é por intermédio de uma comissão, de um

<sup>35</sup> Sigaud (1986: 71).

<sup>36</sup> Zero Hora, Porto Alegre, 02 de julho de 1980.

<sup>37</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Usina Hidrelétrica de Machadinho**. Data: 06 de novembro de 1980, p. 13.

<sup>38</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Comunicado da Comissão Regional das Barragens**. Data: 10 de janeiro de 1981, p. 05.

comunicado ou de um manifesto. Neste sentido existe uma reportagem que mapeia a construção identitária do “favelado”,<sup>39</sup> demonstrando claramente a concepção que o jornal tem a respeito: *“O favelado é uma pessoa extremamente marcada. Ele é apresentado, geralmente, como sendo bandido, criminoso, ladrão, assassino, viciado em tóxicos, gente suja, violenta, gente de moral baixa e também de maus hábitos.” (A VOZ DA SERRA, 1980).*

O redator da reportagem até sugere algumas sugestões para que ele saia dessa condição, e mais, em algum momento nos faz acreditar que sim, ele se importa com isso. No entanto a sua projeção acerca do favelado é imbuída de elementos negativos que fazem com que o leitor pense a respeito, mas que continue com a mesma visão preconceituosa acerca do “favelado”. Não há um rompimento com o preconceito, pelo contrário, o emprego da palavra perpetua e reforça velhos cismas: *“Ele é um João ninguém, chutado pela sociedade. Nas favelas há imundície, sujeira, barracos mal feitos; tudo o que eles têm são coisas provisórias.” (A VOZ DA SERRA, 1980).*<sup>40</sup> Em 1981 o movimento faz um comunicado nas páginas do jornal, colocando seu posicionamento e reafirmando seus argumentos dos impactos que a barragem traria para a região:

Resumindo estas duas barragens: submergirão 1720 colônias, isto é, 44.050 ha de terra altamente produtiva e densamente povoada; aproximadamente, ... 16.400 pessoas ou 3.280 famílias deverão sair destas regiões; a área indígena de Charrua, Getúlio Vargas sofrerá uma redução em função da construção da barragem de Machadinho; cidades e vilas, como Itá, em Santa Catarina, Carlos Gomes e Vila Mirim, no Rio Grande do Sul, serão totalmente submersas; as melhores terras, as várzeas, as mais produtivas, destes 22 municípios, cederão seu lugar para produzir energia elétrica; muitos outros setores, além da agricultura, tais como o comércio e a indústria (comerciante, moinheiros, marceneiros, alambiqueiros, etc) serão afetados e não poderão mais produzir. Embora o comércio e setor de serviço de alguns centros maiores vá obter lucros com a implantação da infraestrutura das barragens tememos que isto ocorra com o sacrifício dos desalojados;<sup>41</sup>

Uma das maiores preocupações dos atingidos é a falta de respostas da empresa e também das instituições: *“Até agora todas estas questões ficaram sem resposta satisfatória. A ELETROSUL até hoje não deu uma palavra precisa. Os poderes constituídos não se sabe porque, também não esclareceram estas questões até hoje”.* (A VOZ DA SERRA, 1981: p. 05). Baseado nestes fatores eles decidiram buscar respostas através dos seus próprios empenhos.

Nesse ano o jornal traz muitas reportagens sobre as comunidades rurais e os sem-terra, principalmente sobre a questão dos agricultores da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta:

<sup>39</sup> Ver anexos. Imagem 08.

<sup>40</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Favelados**. Data: 09 de fevereiro de 1980. Capa.

<sup>41</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Comunicado da Comissão Regional das Barragens**. Data: 10 de janeiro de 1981, p. 05.

*“existem acontecimentos e atos, que marcam profundamente a história de um povo.”*<sup>42</sup> Nesta reportagem evidencia-se uma discussão sobre a reforma agrária e também sobre o fato do prefeito de Erechim não estar dando a devida atenção aos agricultores e estar preocupado com o asfaltamento da avenida. O jornal assume um posicionamento a favor dos colonos, desmistificando preconceitos existentes sobre os agricultores que estão na Encruzilhada. Sobre as barragens pouco se fala neste ano, como o próximo ano será de eleição, o jornal está permeado por campanha eleitoral.

Em dezembro de 1981 o jornal faz menção as correntes progressistas dentro da igreja católica:

A Igreja Católica está virando o fio. Contentava-se antes com uma religião calma, piedosa, sem incomodar, sem mexer na vida fora da sacristia. Agora a religião passou a viver em comunidade e em prol do povo, uma construção baseada no povo para resolver os problemas dos menos favorecidos.

E acrescenta: *“Tem gente com muito medo disto”*<sup>43</sup>. Com relação a isto temos a importância da teologia da libertação auxiliando na construção de um conhecimento consciente e responsável na vida do entrevistado:

A minha trajetória tem a ver com a minha história de vida, com as Comunidades Eclesiais de Base, com a Teologia da Libertação, com a Universidade. Tem a ver com os catadores, com os movimentos sociais, com quem me envolvi e fui aprendendo a lutar. Aprendi que o conhecimento passa a ter importância na medida em que ele não é só conhecimento pelo conhecimento, e que de alguma forma contribui para a conquista dos direitos sociais, para a transformação social. Eu tenho essa compreensão. Eu acho ótimo conhecer por conhecer. Mas pra mim, o conhecimento assume uma importância maior na medida em que contribui para garantir uma sociedade mais igualitária, mais justa, contribui para despertar a responsabilidade das pessoas da sociedade, para cuidar do meio ambiente. Eu tenho aprendido muito com os movimentos, especialmente com o MAB, de que é através da luta que se conquistam os direitos e que o saber e o conhecimento são importantes na medida em que ajudam a construir outro mundo possível e necessário.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Eterna Glória aos Colonos de Encruzilhada Natalino**, por Olympio Zanin. Data: 29 de agosto de 1981, p. 04.

<sup>43</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Já ouviu falar em CEBS?** Data: 1 de dezembro de 1981, p. 09.

<sup>44</sup> Entrevistado: Dirceu Benincá. Entrevista realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, Erechim no dia 11 de abril de 2012. P. 15-16.

O ano de 1982 corresponde ao ano de eleição e percebe-se que o jornal está completamente mediado pelo PDS, antiga Arena.<sup>45</sup> Já no ano de 1983 começam a surgir mais notícias das articulações do movimento. Segundo Aurélio Vianna Júnior:

No dia 15 de fevereiro de 1983, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens-CRAB e a Comissão Pastoral da Terra promoveram a Romaria da Terra em Carlos Gomes com o tema *Águas para a vida e não para a morte*, com a participação de mais de vinte mil pessoas, quando chamaram a atenção para a vila Carlos Gomes, centro da região dos poloneses, área colonizada por descendentes de poloneses, que ficaria sob as águas do reservatório da barragem de Machadinho. (JÚNIOR, 2012: p. 23).

No jornal *A Voz da Serra* desse ano não há menções a esta romaria, mas existe uma reportagem que em que os deputados receberam uma correspondência do presidente da Eletrosul afirmando sobre a importância das barragens no rio Uruguai.<sup>46</sup> Somente a partir dos próximos anos (1984, 1985) é que as notícias sobre as barragens começam a ter visibilidade, elas começam a ser abordadas nas capas, e também pela proximidade e inevitabilidade de sua construção.

O ano de 1984 foi marcado por inúmeras reuniões e manifestações de protesto, a Comissão se reuniu cada vez mais e em março ocorreu o II Encontro Interestadual de Barragens, onde eles assumiram algumas metas importantes para definir suas lutas, como por exemplo, ampliar o seu trabalho através da criação de comissões municipais e locais, e intensificar a busca de apoio de outras entidades na luta para barrar o projeto das barragens. Em Erechim, em junho, aconteceu o I Encontro de Comissões Municipais de Atingidos pelas Barragens. Em julho o jornal traz uma entrevista do prefeito Jayme Luiz Lago assegurando a construção da barragem:

*Isto apesar do que se alega de excesso de energia no país, essa barragem<sup>47</sup> pode ser considerada como uma reserva técnica necessária e indispensável. Como não há nenhuma obra em conclusão nesse período, essa barragem irá ser feita, a fim de que o país não fique sem energia elétrica.*<sup>48</sup> Aurélio Vianna Júnior coloca que:

Em março de 1984 foi lançada uma campanha de um abaixo-assinado contra a construção das barragens no rio Uruguai. No dia 25 de julho, Dia do Colono, aconteceu uma manifestação em Erechim e a tentativa de entrega de um documento de protesto da CRAB no escritório da ELETROSUL. Ainda em julho, dirigentes, da

<sup>45</sup> Ver anexos. Imagem 09 e Imagem 10.

<sup>46</sup> Fonte: jornal *A Voz da Serra*. Reportagem intitulada: **Marino de Andrade e as barragens**. Data: 12 de março de 1983, p. 09.

<sup>47</sup> Barragem de Machadinho.

<sup>48</sup> Fonte: jornal *A Voz da Serra*. Reportagem intitulada: **Barragens, motivo de preocupação**. Data: 21 de julho de 1984, p. 03.



Comissão Regional viajaram ao Rio de Janeiro e depois a Brasília, onde se encontraram com o ministro extraordinário de Assuntos Fundiários, que recebeu o documento com reivindicações e o abaixo assinado com mais de um milhão de assinaturas. (JÚNIOR, 2012: p. 24).

No jornal erechinense há a seguinte colocação sobre os acontecimentos:

A comissão dos atingidos pelas barragens foi ao Rio de Janeiro e Brasília, para levar um documento elaborado pela comissão. Este documento reivindica que os projetos sejam reestudados ou melhor, que não sejam construídas as 25 barragens que estão sendo projetadas, tendo em vista que essa região é uma das mais férteis do país, e uma região muito populosa.

E complementa: *“O resultado da viagem foi positivo, porém a comissão não vai parar. Não houve promessa de que as barragens não irão ser construídas, houve sim, a promessa de que os projetos serão reestudados.”*<sup>49</sup> Em agosto o prefeito de Aratiba (Valmor Barp) também se manifestou no periódico à respeito da construção da barragem, ele não é contra:

Diz Barp, que não vê nada que possa ser contra a construção da barragem. Vê, apenas algumas dificuldades, que poderão acontecer com os agricultores que serão atingidos. No município de Marcelino, serão atingidas 107 propriedades [...] economicamente, diz Barp, a barragem, para o município é viável, pois deverá gerar recurso durante a geração de energia elétrica, e durante a própria construção da barragem.<sup>50</sup>

A mobilizações das comissões por esclarecimentos passam a ser mais frequentes:

A comissão dos atingidos pelas barragens, terça feira, dia 28, se reuniu mais uma vez, para debater assuntos que lhes dizem interesse. Esta reunião é feita a cada 60 dias, onde participam atingidos por barragens pelo Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina [...] os atingidos se unem cada vez mais, para mostrar a todos a força que tem a união do povo. E a cada dia acreditam que nada tem a ganhar com as barragens. Pois não sabem para onde irão. Deixarão a terra onde nasceram e se criaram.<sup>51</sup>

Em novembro ocorreu mais um encontro em Erechim: II Encontro Estadual das Barragens, onde esteve presente o representante da Assembleia da Comissão Especial de Barragens, Irani Muller, para manter contato com lideranças sindicais de Erechim e região e falar sobre o encontro. Segundo o representante da Assembleia, se for feita uma pesquisa de opinião pública, 95% das pessoas irão se manifestar contra as barragens: *“porque não é*

<sup>49</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Viagem da Comissão de Barragens foi positiva**. Data: 07 de agosto de 1984, p. 03.

<sup>50</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Barp não tem nada contra as barragens**. Data: 02 de agosto de 1984. Capa.

<sup>51</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Reunião dos Atingidos pelas Barragens**. Data: 30 de agosto de 1984. Capa.

*possível que alguém queira se manifestar a favor de uma injustiça tão grande, como essa que irá significar com a construção dessas barragens [...]”*<sup>52</sup> No entanto a inevitabilidade da obra era concreta. Com a ocorrência dos manifestos ou não, a obra estava projetada e iria acontecer: *“As terras necessárias à implantação do canteiro de obras da barragem de Machadinho em Marcelino Ramos, já foram compradas pela ELETROSUL, na área da foz do rio Apuaê”*<sup>53</sup>. Em outra reportagem do mesmo ano tem-se: *“A implantação das barragens de Itá e Machadinho na Bacia do rio Uruguai é irreversível. Esta é a impressão que uma comissão de lideranças da região recolheu em uma recente visita a sede da Eletrosul, em Florianópolis.”*<sup>54</sup> A construção das barragens agora se apresentava como algo inevitável, mudar o foco das lutas era necessário, articular-se com o coletivo era imprescindível neste momento, devido a insegurança e a falta de esclarecimentos que a empresa apresentava.

Foi o Movimento dos Atingidos por Barragens que começou a organizar as comunidades que seriam atingidas. A chegada da barragem pra a entrevistada representou:

Surgiu a notícia “vai ser construída a barragem”. O movimento, a gente nunca tinha ouvido falar do movimento lá no município ou na região, porque essa barragem atingiu Rio Grande do Sul e Santa Catarina, vários municípios do Rio Grande, vários municípios de Santa Catarina, vários municípios do Rio Grande, vários municípios de Santa Catarina. Que o rio é a divisa e o MAB entrou nesse papel. Como a empresa entrou? Alarmando que Celso Ramos ia se desenvolver não só Celso Ramos, mas toda a encosta do rio ia se desenvolver. O movimento veio com esse outro discurso. Por esses outros exemplos então, querendo ou não, a pessoa, quando mexe naquilo lá, mexe no bolso, ela acaba se mobilizando. A recepção do MAB na região foi muito boa, só que ao mesmo tempo assim... “eu vou cuidar das minhas indenizações e os outros que se ferrem”. E o movimento não, o movimento é trabalhar de forma coletiva. Vamos tentar negocia coletivamente? Vamos luta por reassentamento?<sup>55</sup>

A entrevistada coloca a importância do movimento em lutar de forma coletiva. Em novembro de 1985 a ELETROSUL apresenta uma reportagem no jornal esclarecendo a vinda das barragens. Segundo a reportagem a implantação das barragens não é uma decisão política e que: *“[...] Machadinho e Itá serão implantadas.”*<sup>56</sup> No mesmo ano um professor de Carlos Gomes torna público no jornal a preocupação dos atingidos em perder a terra: *“[...] eles não*

<sup>52</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **II Encontro Estadual das Barragens do Rio Grande do Sul**. Data: 24 de novembro de 1984. P. 10.

<sup>53</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Eletrosul alerta proprietários**. Data: 18 de dezembro de 1984, p. 04.

<sup>54</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Equipe de trabalho e justiça das Barragens de Machadinho e Itá, na Eletrosul**. Data: 27 de dezembro de 1984. P. 09.

<sup>55</sup> Entrevistada: Neudicléia Neres de Oliveira. Entrevista realizada na sede do MAB, Erechim. Data 04 de agosto de 2011. P. 11.

<sup>56</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Eletrosul esclarece implantação de barragens**. Data: 22 de janeiro de 1985, p. 08.

*querem sair de onde, há tantos anos estão morando.*<sup>57</sup> Esta disputa entre movimento e ELETROSUL é permeada por concepções diferentes, segundo Nédio Piran o ano de 1985 é marcado pela transição do não ao sim, a empresa tem um comportamento contraditório: [...] *o Ministro da Energia declara que as barragens na região estão suspensas, mas a ELETROSUL continua seus trabalhos.*” (PIRAN, 2001: p. 75). Como consequência dessa decisão os atingidos passam a intensificar suas ações e mobilizações.

Nédio infere que:

É também um ano de grandes embates entre atingidos e ELETROSUL, via imprensa. Debates em diversas entidades... A ELETROSUL articula-se com as cooperativas empresariais, com prefeituras, com o empresariado para fazer frente a radicalização do Não às Barragens. Resulta daí a abertura de espaço para negociações. (PIRAN, 2001: p. 75).

É nesse contexto que o jornal vai trazer algumas reportagens sobre a importância da vinda das barragens para os empresários, procurando fazer alianças com os mesmos. Na fala do ex prefeito Zanella evidencia-se isto:

Mas a ELETROBRÁS e a ELETROSUL, sentindo-se prejudicadas, estão gerenciando na continuação da mesma, principalmente partindo do fato, alarmante para o Rio Grande do Sul, que já funciona com 30% de energia elétrica abaixo de suas reais necessidades e que, poderá entrar em colapso total, o que será um verdadeiro desastre para a economia estadual, já em crise, criando uma recessão ainda maior. [...] Diante destes fatos, reais, e já denunciados por engenheiros e eletricitários, **parte a ELETROSUL para a conscientização dos empresários sulistas, que sendo os grandes prejudicados com cortes ou racionamentos de energia,**<sup>58</sup> deverão engajar-se a luta pró-barragens.

Ainda sobre a reportagem:

A sua não continuação poderá criar um problema social bem maior, do que o supostamente gerado por propriedades rurais inundadas, já que o desemprego é o grande fantasma da Nova República e está chegando a um nível realmente alarmante. [...] Mas Machadinho não pode ser interrompida e é preciso conscientizar todos, empresários e população do Alto Uruguai, da necessidade urgente de sua conclusão.<sup>59</sup>

O agora chefe do executivo erechinense, Lago afirma que seu município está no caminho certo com a construção das barragens, pois a mesma vai minimizar o desemprego e:

---

<sup>57</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Barragens: apenas projeto?** Data: 29 de janeiro de 1985, p. 09.

<sup>58</sup> Grifos meus.

<sup>59</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Zanella fala sobre barragens e PFL.** (PFL: Partido da Frente Liberal). Data: 23 de julho de 1985, p. 03.

[...] em termos de desenvolvimento coerente com a política traçada pela nova república, qual seja o crescimento, Jayme disse esperar que esse não seja truncado e no futuro haverá falta e por isso enfatiza que é necessária a mobilização dos empresários, pois no futuro poderão ficar sem energia e sem poder ampliar as suas indústrias.<sup>60</sup>

Vale aqui ressaltar que a perda das famílias atingidas vai além da propriedade, elas perdem um lugar comum, uma vivência compartilhada, elas têm um apego ao lugar de origem. Uma militante do MAB quando perguntada se viu a água subir, responde emocionada: *Chorei horrores. (Choro)*<sup>61</sup>. O discurso pautado no desenvolvimento em nenhum momento considera tais aspectos. E é nesse âmbito que o movimento vai começar a agir com mais rigor, fazendo frente e à procura de esclarecimentos que não lhe são fornecidos. Em fevereiro de 1985 o jornal mapeia as tensões que permeiam a construção das barragens, inferindo que a ELETROSUL está sofrendo por falta de credibilidade: “*e que está sendo alvo de sérias críticas de movimentos contra a construção das barragens.*”<sup>62</sup> Nesse mesmo ano há vários protestos, que nem sempre são notificados no jornal, mas que marcam estes acontecimentos iniciais de resistência.

A CRAB é definida como um instrumento de organização e de luta, tendo por finalidade encaminhar as lutas dos atingidos, neste sentido:

O movimento vem se caracterizando pela luta de RESISTÊNCIA NA TERRA, tendo como principal slogan: Terra, SIM, Barragens NÃO. As reivindicações, abaixo-assinados, manifestações públicas, a estruturação do Movimento em comissões locais, municipais e regionais, as audiências, negociações, acordos públicos com a ELETROSUL e autoridades, a realização de assembleias, as articulações nacionais e internacionais fizeram com que a organização dos Atingidos fosse reconhecida pela sociedade civil e pelo Governo. Em nenhum momento os agricultores se manifestaram contra o progresso, a geração de energia, mas contrários a este plano energético e ao modelo de desenvolvimento e seu encaminhamento, pois não vem responder às necessidade das populações atingidas, nem da maioria do povo brasileiro, mas sim, aos interesses do capital nacional e internacional. (CRAB, 1989: p. 5-8).

Percebe-se que os atingidos apenas conseguem se manifestar nas páginas do periódico através da Comissão que os organiza. Em março de 1985 o jornal se posiciona pela primeira vez com relação a construção das barragens, em uma matéria sobre uma reunião da Comissão dos Atingidos: “*Será que temos energia sobrando mesmo? E daqui alguns anos quando a*

<sup>60</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Comissão em audiência com a Eletrosul**. Data: 26 de outubro de 1985. Capa

<sup>61</sup> Entrevistada: Laís. Entrevista realizada em Veranópolis sede do ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Data: 25 de abril de 2014. P. 4.

<sup>62</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Eletrosul está sofrendo com a falta de credibilidade**. Data: 12 de fevereiro de 1985, p. 10.

*população aumentar mais e mais, continuaremos ter energia de sobra? São indagações que nos fazem pensar.*”<sup>63</sup> Pode-se dizer que a partir desse ano o jornal verdadeiramente se empenhou em argumentos a favor da vinda das barragens, sempre alicerçados no discurso de continuidade e desenvolvimento<sup>64</sup>, com ameaças, de que o país sofreria gravemente com a falta de energia elétrica. Em uma reportagem de setembro assinada por Ivan Fassheber (professor de Administração Financeira) percebe-se que o jornal se posiciona a favor da vinda das barragens e em prol do desenvolvimento baseado em uma rede argumentativa. Também se manifesta contra a comissão e suas demais demandas que organizam os atingidos:

É inconcebível o desenvolvimento econômico sem a modernização dos meios de produção visando a uma maior produtividade e competitividade, que, por sua vez, não pode prescindir de energia confiável, barata e acessível. A questão da Barragem de Machadinho tem-se manifestado efervescente nos últimos dias: Comissões contra as barragens viajam à Brasília pleiteando a suspensão das obras, arrancam-se marcos implantados com o dinheiro do contribuinte, hostilizam-se funcionários da Eletrosul, enquanto que parlamentares eleitores embarcam nesse veleiro soprados pelos ventos da radicalização, sob os auspícios do segmento que trocou a camisa do teológico para a dos ideológico, numa reedição de mal gosto da famigerada Inquisição. A julgar-se pelo alarido provocado por esses modernos “Cruzados”, tem-se como certo que o Alto Uruguai prescinde e rejeita a vinda das barragens. Ocorre que tais comissões estão sedimentadas em interesses seculares que buscam consolidar a hegemonia política por métodos já conhecidos, exagerando o número de colonos e de municípios a serem atingidos e transmutando a barragem no “Apocalipse do Fim dos Tempos”, sem quaisquer dados técnicos confiáveis. O problema das barragens transborda os atingidos [...] expande-se para a Região e o Estado que, indubitavelmente, necessitam do empuxo de suas turbinas para a decolagem do desenvolvimento. [...] Recentemente, a desmobilização de indústrias gaúchas para outros estados marcou o aprofundamento desta ordem de problemas e as tendências são de recrudescimentos, a menos que energia, transporte e investimento, tanto no setor agrícola quanto nos segmentos industriais mais dinâmicos possam romper o ciclo já iniciado. [...] O deslanche do Alto Uruguai depende, em grande parte da construção de Machadinho, para que se rearticule setorialmente, reduzindo a crítica dependência de outros Estados para fornecimento do insumo energia, a pretexto do qual tem sido excluído dos grandes projetos governamentais em infraestrutura, ciência e tecnologia.<sup>65</sup>

Através desta reportagem pode-se inferir que as reportagens encontradas no jornal sugerem uma visão de classe que é disseminada para a sociedade, acarretando muitas vezes em uma criminalização mais intensa dos movimentos sociais. As barragens evidenciam a disputa do capital pelo território e pelo poder econômico. Em linhas gerais, os atingidos acabam sendo retirados compulsoriamente de sua comunidade, resultando também na

<sup>63</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Comissão dos atingidos por barragens fazem reavaliação**. Data: 14 de março de 1985, p. 07.

<sup>64</sup> Ver Anexos. Imagem 11. A partir desta foto percebe-se quem anunciava e consequentemente investia no jornal, interligando-se e contribuindo com um modelo energético. Era conveniente para estes patrocinadores investir no jornal e transmitir seu plano de governo que neste momento visava um desenvolvimento desenfreado.

<sup>65</sup> Fonte: jornal A Voz da Serra. Reportagem intitulada: **Barragem e Ideologia**. Data: 10 de setembro de 1985, p. 02.

exclusão pela sociedade, a partir do momento que passam a reivindicar seus direitos. Referente a isto Leopoldo Volanin coloca que:

Mas, ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, através dos meios midiáticos, enquadra os fatos como acontecimentos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de ideias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social. (VOLANIN, p. 14).

Os porta vozes da mídia de uma forma geral sempre procura desqualificar ou “demonizar” as ações dos movimentos e quem pertence a eles, apresentando-os como subversivos, “vagabundos”, “arruaceiros” entre outros termos de teor pejorativo, e, claro, intencional para a mídia. Habitualmente se conhece o movimento a partir do seu confronto com a polícia e não por seus ideais. Neste sentido Volanin afirma que:

Os movimentos sociais só tornam-se notícias quando a polícia entra em confronto com eles. É por isso que muitos os rejeitam sem conhecê-los. Por outro lado, o discurso da manutenção da ordem social e a ideologia dominante retransmitido pela mídia fazem esconder as injustiças sociais, a concentração de renda, as desigualdades sociais e a manutenção do poder e do sistema capitalista. (VOLANIN, p. 14).

Seus ideias de luta ficam muitas vezes ocultos. A mídia acaba enaltecendo apenas os confrontos, acirrando assim o preconceito e a visão negativa acerca do movimento e dos atingidos, conforme a fala de uma entrevistada:

[...] Tu não podia sair com uma bandeira na rua, a perseguição política era muito forte sabe. Nesse momento eu me sinto mais aliviada de estar falando isso com vocês, mas digamos uns dois, três anos atrás eu não podia nem dizer que eu era a Neudicléia, que eu fazia parte do movimento social. Todo momento tu era batido, todo momento. Eu tinha medo de sair nas ruas de Erechim. Eu tinha... eu não colocava uma camiseta do movimento, muito menos um boné. Se eu saísse na rua, eu era chamada de sem-terra, eu era chamada de baderneira, eu era isso, eu era aquilo, teve tudo isso. E a mídia contribuiu muito pra isso, a mídia, principalmente a RBS, contribuiu muito pra essa questão da repressão, da criminalização em cima dos movimentos sociais. E um dos meus objetivos também trabalhar com comunicação popular é isso, é contrapor o que a mídia coloca. Porque a mídia simplesmente defende os interesses da burguesia né.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Entrevistada: Neudicléia Neres de Oliveira. Entrevista realizada na sede do MAB, Erechim. Data 04 de agosto de 2011. P. 26.

Em outra entrevista, quando é perguntado a militante se ela já sofreu algum preconceito por pertencer ao movimento, ela responde, com certa mágoa:

É, eu já sofri. Mas eu acho que eu não dei bola para isso, não ia me afetar, porque o que eu tenho presente em mim é "mais grande" do que qualquer uma pessoa venha a falar mal do movimento, da minha organização ou de qualquer outro movimento social. Eu acho que não me afeta.<sup>67</sup>

Pode-se perceber no decorrer das reportagens e também da pesquisa dos anos delimitados que existe uma trajetória por parte do jornal que primeiramente se apresenta de forma mais neutra com relação ao assunto da construção das barragens e que a partir do momento que o tema vai se materializando começa a assumir uma postura diante da sociedade. Neste sentido também assumindo um posicionamento ideológico e político que vai ao encontro de um modelo de produção capitalista que de certa forma o jornal assume como sinônimo do desenvolvimento.

A partir do momento que se tem a certeza da construção das usinas coexiste por parte do jornal uma tentativa de convencimento dos benefícios que a barragem traria à região, e, também no que se refere ao problema do desemprego. Associado a esse discurso está a questão da falta de energia. Contudo vale ressaltar que a energia que seria produzida por estas barragens não ficaria para a região, e o desalojamento dos atingidos traria danos emocionais irreparáveis. Percebe-se através desta trajetória o posicionamento ideológico que o jornal assume e que conseqüentemente também “transfere” aos seus leitores.

O progresso de alguns não é o de outros, ele pressupõe a exclusão, à marginalização. O sinônimo de desenvolvimento acarreta a omissão da luta dos atingidos, seus sofrimentos, suas angústias, seus sonhos, seus ideias. O Brasil cumpre mais um de seus ciclos dentro do processo imperialista do capital internacional. Neste sentido pode-se inferir que a visão e a construção do estereótipo que o jornal corrobora também se propaga para outros segmentos da sociedade que não estão de acordo com os projetos desenvolvimentistas da época. A “voz” da “serra” limita-se e posteriormente destina-se para poucas pessoas.

---

<sup>67</sup> Entrevistada: Laís Bencke Tonatto. Entrevista realizada em Veranópolis sede do ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Data: 25 de abril de 2014. P. 10.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Assim, o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica, provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo.”<sup>68</sup>

As reflexões apresentadas neste trabalho de certa forma se correlacionam com a epígrafe acima citada. Segundo o autor Reinhardt Koselleck a modernidade instaurou uma ideia diferente entre futuro e passado, nesse sentido a ideia de aceleração do tempo está vinculada a formulação de um futuro no qual as gerações passadas o concebem ou o definem, modificando conceitos históricos. Assim, a história passa a ser um conjunto de experiências. Esta história serve para os homens no século XVIII como um conjunto de ensinamentos, podendo prever as causas e os acontecimentos dentro de uma linha linear e temporal histórica. Com o advento da nova definição de história através da atmosfera alemã ocorre o abandono da história como narrativa dos relatos e dos acontecimentos.

Com o abandono do uso da narrativa factual, evidencia-se o reconhecimento do uso das fontes, a ênfase na crítica documental e uma nova metodologia da história que analisa os fatos ocultos e internos dos acontecimentos. Essa renovação historiográfica possibilitou a emergência e a ressignificação de um novo conceito: progresso. Para o autor o progresso influencia a adoção de uma dinâmica renovada do tempo, a partir do advento da modernidade não se aceitou mais a ideia de naturalização dos eventos históricos e o tempo não seguiria mais um fluxo natural, progresso agora vinculava-se a ideia de aceleração do tempo a fim de consolidar um projeto modernizador.

Mais do que um conceito teórico a palavra progresso assume esse caráter de exclusão e para as famílias atingidas ele se torna muito caro. Quando associado ao poder que as mídias disfrutam ele se transforma em sinônimo de opressão. Cumpre inferir a importância do movimento para organizar estas famílias, que não querem e nem pretendem caracterizarem-se como vítimas, mas que estão à margem desses processos modernizadores. Desta maneira o movimento também contribui para transformar subalternos em agentes sociais capacitados em exercer sua cidadania.

Acerca da temática em questão cabe dizer que no decorrer da pesquisa corroborou-se a hipótese de que coexiste uma visão impregnada de ideologia política que permeia o jornal e

---

<sup>68</sup> KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 36.



que defende os ideias de uma classe, uma vez que o jornal possui muitas propagandas do PDS (antiga ARENA). Foi possível também averiguar que o jornal A Voz da Serra é caracterizado à uma grande imprensa burguesa, devido a sua área de abrangência. A construção de discursos negativos não está somente delegada a CRAB, mas também a outros segmentos da sociedade, como o favelado. As reportagens do jornal assumem uma posição moral ao julgar através de valores e termos pejorativos estes que também são atores sociais.

O jornal possui um mecanismo de ocultação sobre o início do Movimento dos Atingidos por Barragens, contudo, quando o assunto da construção das barragens se torna eminente, os “porta vozes” do jornal instantaneamente assumem um posicionamento a favor do progresso, deslegitimando essas organizações que lutam contra a vinda das barragens. Estes padrões podem ser interpretados como manipuladores, e servem como importantes pistas metodológicas, segundo Carla Luciana Silva:

O primeiro padrão é o da Ocultação. Ele define a ausência ou a presença dos fatos reais. Não é fruto do desconhecimento ou omissão, e sim um deliberado silêncio militante sobre alguns fatos. Quando comparamos os textos produzidos na grande imprensa com os da imprensa alternativa e contra hegemônica isso fica claro. Parece que se trata de duas realidades distintas. Isso ocorre já nas preliminares da busca de informação: planejar edição, estabelecer pauta... A ideia genérica de fato jornalístico funciona como racionalização a posteriori do padrão de ocultação na manipulação do real. Depois do fato passado é que se define o que é fato ou não. Obviamente o mundo não se divide em fatos jornalísticos ou não, pois as características jornalísticas não residem no objeto da observação, mas sim no sujeito observador em relação ao objeto. Não há um fato jornalístico intrínseco do real, mas sim uma relação do órgão de imprensa com a realidade. Portanto, tornar o fato jornalístico depende de sua visão de mundo, sua linha editorial, seu “projeto”. E “tomada a decisão de que um fato ‘não é jornalístico’, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa”. (ABRAMO, 26). Essa eliminação da realidade processada pela imprensa acaba criando uma “realidade artificial”.

Diante disto o jornal perpassa seus valores para os leitores, disseminando uma imagem negativa acerca dos movimentos sociais. Associado a esses fatores, percebe-se a preocupação do jornal em divulgar em suas reportagens os valores do progresso e da produção baseados em uma modernização capitalista. Pode-se dizer diante desses fatos que o papel do Estado é garantir os interesses destes setores que dominam a sociedade e que tem servido a diligência dos grandes grupos econômicos mundiais e também regionais, que se beneficiam através de taxas de lucros possíveis. A pior tarifa é mesmo a escuridão? Sim para as grandes empresas, mas não para os atingidos que já convivem com a escuridão. A partir do momento em que a mesma água que lhes é fonte da vida é a água que submergiu suas casas,

suas plantações, seus lugares simbólicos, partes significativas e constituintes de sua identidade e de suas vidas.

## REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Povo e o Poder**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991. p. 8-9).

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos**. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BAKHTIN, M. (Volochnikov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Annablume Editora. São Paulo, 2002.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos Movimentos Sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX. **Educ. Soc.** Vol. 27, n 97 set. a dez. de 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Água e Energia para a vida O Movimento dos Atingidos por Barragens no Brasil (1991-2009)**. 2010. 266f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

CRAB. **Nossa história em debate**. Lages: Vianei, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, nº: 5, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais, A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2003. 213 p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2007. 383 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola. 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, (Org.). Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

JÚNIOR, Aurélio Vianna. **Prisão em Lajeado Pepino uma ação social contra a barragem de Machadinho**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012. 144 p.

KIEFER, Charles. **O Pêndulo do Relógio**. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

\_\_\_\_\_. **Quem fez gemer a terra**. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, Presidente Prudente, nº: 12, jan. a jun. de 2008.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. **Integrar para não entregar Políticas Públicas e Amazônia**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, Trabalho e Crenças: Identidade e Territorialidade Camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Volume II, Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. Disponível no sítio: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2614/1425>. Acesso em 14/08/2014.

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os Desígnios do Progresso**. Xanxerê: New Print, 2012.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Edifapes, 2001. 192 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidade/racionalidade. **Perú Indígena**, Vol: 13, nº: 29. Lima: 1992.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

RUSZCZYK, João Carlos. **Espaço da Água, Espaço da Terra no MAB**. Projeto de Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Programas de Pós-Graduação, Museu Nacional/UFRJ, 1994.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3 ed, São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEMINOTTI, Jonas José. O Movimento dos Atingidos por Barragens no Norte do Rio Grande do Sul- 1979-2007. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. (Orgs.). **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre: Edições Est, 2008. p. 128-153.

SILVA, Carla Luciana. **Estudando a imprensa para produzir história**. Disponível no sítio: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlalucianasilva.pdf>. Acesso em 15/09/2014.

SILVA, Marcio Antônio Both. **Por uma Lógica Camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio grandense-1850-1900**. 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós Graduação em História, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre. 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Eliezer Félix de. **A imprensa como fontes para pesquisa em história e educação**.

Disponível no sítio:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/LGXISF7.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LGXISF7.pdf).

Acesso em 20/09/2014

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**.

Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A Formação da Classe operária Inglesa 1: A árvore da liberdade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOURAINÉ, Alain. *Qu'est-ce la démocratie*. Paris: Seuil. 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes. 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes. 2003.

UEDA, Vanda. O papel das redes técnicas: Transportes, Energia, e Telecomunicações. In: GOLIN, Tau. (Org.). **República Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 169-192.

VOLANIN, Leopoldo. **Poder e mídia: A criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas**. Disponível no sítio: [www.diadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br). Acesso em 15/01/2014.

ZARTH, A. Paulo. Introdução. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2012.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

**FONTES:**

Entrevistas pertencentes ao Laboratório de História Oral da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, Campus Erechim.

Entrevistas com: Alexandra Borba (Atingida por Barragem, militante, formada em Pedagogia); Dirceu Benincá (Padre e professor, possui pesquisa relacionada ao MAB); Laís Bencke Tonatto (Atingida por Barragem e militante no movimento); Neudicléia Neres de Oliveira (Atingida por Barragem, militante no movimento, jornalista) e Rafael Júnior Motter.

Jornal “A Voz da Serra” de 1979 até 1985.

**ANEXOS**



03/12/2014

TABELA DE PREÇOS

**VOZ REGIONAL - Erechim**

Válida a partir de 10/11/2004

Geder Carraro Júnior ME - Av. Maurício Cardoso - 216 - CEP: 99.700-000 - Erechim - RS - Fone / Fax: (54) 321-6568 - CNPJ: 00.922.289/0001-04 - carraro@st.com.br

Tabela de Preços		
	Dias Úteis	Sáb./Dom.
Indeterminado	R\$ 23,00	R\$ 29,00
Determinado	R\$ 29,09	R\$ 39,07
1ª Página	R\$ 90,77	R\$ 120,00
Última Página	R\$ 25,00	R\$ 28,00
Classificados	R\$ 7,00	R\$ 9,00
Custo encartes	R\$ 0,12 a lâmina	
Cor	35% de acréscimo	
Varejo	R\$ 16,00	R\$ 23,00
Publicidade Legal	R\$ 15,75	R\$ 22,00
Pequenos Negócios	R\$ 13,80	R\$ 19,00
Suplementos		
Vida e Saúde	Rural	
Veículos	Informática	
Esporte	Economia	
Classificados	Política	

Circulação: 2ª a Domingo  
Tiragem: 12.300 exemplares  
**ONDE O JORNAL CIRCULA**  
Erechim, Aratiba, Jacutinga, Getúlio Vargas,  
Itatiba do Sul, Erval Grande, Erebango, Ipiranga do Sul, São Valentim, Entre Rios do Sul, Gaurama, Viadutos, Faxinalzinho, Barão do Cotepe, Marcelo Ramos, Áurea, Cruzaltense e Campinas do Sul.

População Total Aproximada: 275.304 habitantes
População Urbana 53,55 %
População Rural 46,45 %
<b>Principais Atividades Econômicas</b>
Indústria, Setor Primário, Prestação de Serviços e Comércio

Informações Técnicas	
Formato	Tablóide
Altura	34 cm
Largura	25,5 cm
Nº de Colunas	5
Formato Indeterminado	
1	4,5 cm
2	9,7 cm
3	14,7 cm
4	19,9 cm
5	25,5 cm
Tipo de material policromia	
Zip ou CD	
Material	
E-mail ou CD	

Representante SC / SP / Brasília - Central de Comunicação S/S Ltda.- R. Anita Garibaldi nº 79 - 7º and.- conj 701  
CEP 88 010-500 - Centro - Florianópolis Fone/Fax: (48) 3216-0600 Brasília SCS QD. 02 BL."D" Ed. Oscar Niemeyer S/ 1002  
CEP 70316-900 - Brasília - DF - Fone: (61) 323-4701 - São Paulo - Rua Pamplona, 1.465 conj. 51 Jardim Paulista São Paulo/SP . .CEP: 01405-002 - Fone: (11) 3887-2193. [central@centralcomunicacao.com.br](mailto:central@centralcomunicacao.com.br)



Figura 02. Mapa da área de circulação do jornal A Voz da Serra. Fonte:  
[http://www.centralcomunicacao.com.br/Jornais/RS/Di%Elrios/voz\\_regional\\_erechim/voz\\_regional.htm](http://www.centralcomunicacao.com.br/Jornais/RS/Di%Elrios/voz_regional_erechim/voz_regional.htm).



Figura 03. Bandeira do MAB. Fonte:  
[https://www.google.com.br/search?q=bandeira+do+MAB&espv=2&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=4LdPVKujCYicNpfvgeAG&ved=0CAYQ\\_AUoAQ&biw=1242&bih=606#tbm=isch&q=bandeira+do+mab&facr=\\_&imgdii=LD9sQ8sM7jhkSM%3A%3BRdNozpEsHQugOM%3BLD9sQ8sM7jhkSM%3A&imgcr=LD9sQ8sM7jhkSM%253A%3B2IGMvGPCebNPTM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.mabnacional.org.br%252Fimagens%252Fcabecalho1.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.mabnacional.org.br%252Fpublicacoes%252Findex.html%3B137%3B150](https://www.google.com.br/search?q=bandeira+do+MAB&espv=2&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=4LdPVKujCYicNpfvgeAG&ved=0CAYQ_AUoAQ&biw=1242&bih=606#tbm=isch&q=bandeira+do+mab&facr=_&imgdii=LD9sQ8sM7jhkSM%3A%3BRdNozpEsHQugOM%3BLD9sQ8sM7jhkSM%3A&imgcr=LD9sQ8sM7jhkSM%253A%3B2IGMvGPCebNPTM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.mabnacional.org.br%252Fimagens%252Fcabecalho1.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.mabnacional.org.br%252Fpublicacoes%252Findex.html%3B137%3B150).





Figura 06. Angelus Novus. Fonte:

[https://www.google.com.br/search?tbm=isch&oq=&gs\\_l=&q=angelus%20novus#facrc=\\_&imgdii=\\_&imgcr=pXecmQFJAqk7rM%253A%3B5KrHODsbsl6pBM%3Bhttp%253A%252F%252Fupload.wikimedia.org%252Fwikipedia%252Fcommons%252F4%252F4b%252FKlee%252C\\_paul%252C\\_angelus\\_novus%252C\\_1920.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fpt.wikipedia.org%252Fwiki%252FAngelus\\_Novus%3B321%3B400](https://www.google.com.br/search?tbm=isch&oq=&gs_l=&q=angelus%20novus#facrc=_&imgdii=_&imgcr=pXecmQFJAqk7rM%253A%3B5KrHODsbsl6pBM%3Bhttp%253A%252F%252Fupload.wikimedia.org%252Fwikipedia%252Fcommons%252F4%252F4b%252FKlee%252C_paul%252C_angelus_novus%252C_1920.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fpt.wikipedia.org%252Fwiki%252FAngelus_Novus%3B321%3B400)



Imagem 07. Fonte: Ariane Fernanda Gisi.





Imagem 08. Fonte: Ariane Fernanda Gisi.



Imagem 09. Fonte: Ariane Fernanda Gisi.



Imagem 10. Fonte: Ariane Fernanda Gisi.

Se você tem interesses no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, você precisa ter negócios com o Habitasul, o Banco do Grande Sul.

Não nascemos e crescemos aqui no Grande Sul. Conhecemos esta terra como ninguém. Suas potencialidades, suas riquezas, suas oportunidades. Por isso somos o Banco do Grande Sul. E por isso podemos oferecer a você a mais completa assessoria em tudo o que se refere a negócios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Este é um excelente motivo para que você mantenha uma linha direta conosco.

Mas existem outros. Somos o maior banco comercial regional do país, com 28 agências totalmente interligadas por computador, operando no sistema on-line e real-time. Isso significa que, a qualquer momento, em qualquer uma delas, você pode obter informações precisas sobre conta corrente, financiamentos, investimentos, open/over, posições de cobrança, ordens de pagamento e demais operações. Existe inclusive a possibilidade de você "conversar" diretamente com o computador, através de telex ou vídeo-texto.

Esta rede cobre todas as zonas de agricultura, pecuária, indústria e comércio dos três Estados. Formando com a Habitasul Crédito Imobiliária, o Sistema Financeiro Habitasul, com um total de 140 agências à disposição de seus negócios. Com uma equipe de profissionais que sabe que um Banco se faz com alta tecnologia e atendimento personalizado nos mínimos detalhes. Banco Habitasul. O seu banco em São Paulo. O seu banco no Rio. O seu banco em Brasília. O seu banco no Grande Sul.

**HABITASUL**  
Banco Habitasul SA

Imagem 11. Fonte: Ariane Fernanda Gisi.